

**sUNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

BRUNO ROSSI BARBIERI HOMEM

**A TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE DOMINAÇÃO
INTERNACIONAL**

“As novas redes sociais e a construção da opinião pública: O caso da Primavera
Árabe”

**Porto Alegre
2015**

BRUNO ROSSI BARBIERI HOMEM

A TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE DOMINAÇÃO INTERNACIONAL

“As novas redes sociais e a construção da opinião pública: O caso da Primavera Árabe”

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro

**Porto Alegre
2015**

BRUNO ROSSI BARBIERI HOMEM

**A TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE DOMINAÇÃO
INTERNACIONAL**

“As novas redes sociais e a construção da opinião pública: O caso da Primavera Árabe”

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2015.

BRANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro – Orientador
UFRGS

Profª. Dra. Sonia Maria Ranincheski
UFRGS

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à minha família pelo apoio, consideração e incentivo em todas as minhas escolhas, tanto pessoais quanto acadêmicas, durante toda a minha vida. Nunca me senti desamparado ou sozinho no decorrer da minha preparação para o ingresso na graduação e durante toda a minha trajetória na UFRGS. Luciane, Marcio, Márcio Luciano e Gabriella, obrigado por todo o amor incondicional.

Também gostaria de agradecer aos meus amigos que muito me deram forças nesse último semestre, em especial ao José, João, Alexandre e Felipe, amigos de longa data e presentes em todas as etapas mais importantes da minha vida. Meus grandes amigos Felipe, Ricardo, Roberto, Raphael, Davi e Gustavo, por me motivarem a terminar este trabalho. Meus amigos do Colégio Tiradentes: Patrícia, Bruna, Ana Paula, Thalen, Márcia e Thaís, com quem sempre pude contar em todos os momentos. Agradeço a todos os meus colegas de trabalho e amigos da AXUR, que me ouviram diariamente e acompanharam os relatos de conquistas e dificuldades enfrentadas na elaboração deste trabalho.

Gostaria de agradecer especialmente a todo o apoio e amor dedicado a mim pela Carolina Abreu Leal, minha maior companheira, alicerce e norte da minha vida. Não teria conseguido concluir este trabalho sem a tua ajuda, tua força e teu exemplo.

Agradeço encarecidamente ao meu professor orientador Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro, que acreditou na minha capacidade e me acompanhou em todo o processo de elaboração deste trabalho, sempre com contribuições fundamentais e palavras de apoio. Professor, sem o senhor não teria conseguido sequer começar a escrever.

Por fim, agradeço à UFRGS pela acolhida durante esses últimos anos, com certeza a instituição e seus funcionários dedicados foram os elementos que propiciaram formação de qualidade a mim e tantos outros universitários. Além disso, a vivência neste curso, as pessoas que a ele se dedicam, e que ajudaram a promover um senso mais crítico e humano da minha visão do mundo e da sociedade.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo explicar como as novas ferramentas tecnológicas tem sido responsáveis por importantes mudanças no Sistema Internacional e nas relações humanas, em especial os novos serviços de redes sociais. A partir de uma abordagem histórica e sociológica, busca-se explicar como a Ciência e a Tecnologia evoluíram de forma independente, até o momento em que se uniram em um único processo de pesquisa e desenvolvimento e foram aplicadas ao longo da história em diversas ocasiões como ferramentas políticas. A mudança dos atores envolvidos nos processos tecnológicos e sua importância para as manobras políticas para a construção da opinião pública no ambiente internacional também devem ser levadas em consideração para comprovação da relevância do tema escolhido. Escolheu-se o caso da Primavera Árabe como um caso de estudo no qual é possível entender de maneira mais clara o papel das novas redes sociais na construção da opinião pública e no engajamento da população. O cenário foi escolhido por ser mais próximo dos dias atuais, a formação política dos atores e na mudança estrutural de antigos regimes, bem como o destaque de a que interesses servem essas novas tecnologias.

Palavras-chave: EUA; Redes Sociais; Internet; Tecnologia; Primavera Árabe; Opinião Pública.

ABSTRACT

The main objective of this essay is to explain how the technological new tools are responsible for substantial changes in the International System and the human relations, in particular, the new services for social networks. From a historical and sociological perspective, is possible to explain how the Science and Technology evolved independently, until the moment that they united as a single process of research and development and were applied as political tools over the human history in multiple occasions. The modification of the players involved on the technological processes and its relevance for the political maneuvering for the construction of a Public Opinion in an international environment must be taken into account in the proof of the chosen theme's relevance. The Arab Spring was picked as a case study which is possible to understand in a clear way which was the role of the new social network in the Public Opinion construction and the population's commitment. The scenario was chosen for being closer to nowadays, the political training of the players as well the structural changes in old regimes, and the focus on whose interests do these new technologies serves.

Key-Word: EUA; Social Network; Internet; Technology; Arab Spring; Public Opinion.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AOL – America Online

ARPANET – Advanced Research Projects Agency Network

CERT – Computer Emergency Response Team

DARPANET – Defense Advanced Research Projects Agency Network

DNS – Domain Name System

ENIAC – Electronic Numerical Integrator and Computer

EUA – Estados Unidos da América

GTLD – Generic Top-level Domain

IANA – Internet Assigned Numbers Authority

ICANN – Internet Corporation for Assigned Names and Numbers

IP – Internet Protocol

ISP – Internet Service Provider

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

TPC/IP – Transmission Protocol/Internet Protocol

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. PROCESSO DE EVOLUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.....	11
2.1 Gestão do conhecimento na história.....	11
2.2 Revoluções Culturais.....	12
2.3 Desenvolvimento tecnológico na idade moderna.....	13
2.4 Criação da ARPANET e ENIAC.....	14
2.5 Teoria das Redes Sociais.....	17
2.6 Evolução das ferramentas de comunicação Online.....	19
3. OPINIÃO PÚBLICA.....	23
3.1 O que é opinião pública?.....	23
3.2 Histórico da opinião pública.....	24
3.3 Papel da Ciência Social no estudo da opinião pública.....	24
3.4 Sistema Internacional e opinião pública.....	27
4. OPINIÃO PÚBLICA INTERNACIONAL E TECNOLOGIA.....	29
4.1 Como a sociedade se beneficia do acesso à informação.....	29
4.2 A Web 2.0 e a opinião pública.....	30
5. A PRIMAVERA ÁRABE.....	32
5.1 Contextualização Histórica.....	32
5.1.1 O começo na Tunísia.....	32
5.1.2 Os levantes no Egito.....	33
5.1.3 O apaziguamento na Arábia Saudita.....	34
5.1.4 A sufocada do Bahrein.....	35
5.1.5 A Revolução na Líbia.....	36
5.1.6 O caso da Síria.....	37
5.2 Construção da opinião pública no mundo árabe.....	38
5.3 Manipulação e tecnologias envolvidas no processo.....	41
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata do uso da tecnologia como ferramenta de dominação internacional, considerando o advento das novas redes sociais na construção da opinião pública. Especificamente, será feito um estudo sobre a chamada Primavera Árabe. O crescimento do acesso à informação por meio da internet e a aceleração na produção de aparatos que permitem ao usuário estar sempre conectado a diversas redes levam o tema ao seu patamar de relevância nos estudos atuais. A escalada tecnológica do último século reescreve, com velocidade, a maneira com que o ser humano troca informações e coloca em debate diversas novas perspectivas em relação às interações sociais e o protagonismo da política e dos movimentos sociais na nova Era Digital.

Com propósito de estabelecer uma análise dos elementos que condicionam o surgimento e desdobramento dos levantes de 2011 nas regiões do norte da África, Oriente Médio e Ásia Central, este trabalho se divide em quatro pontos distintos: uma abordagem histórica, a criação e evolução de tais elementos e sua aplicação no estudo de caso escolhido.

A primeira parte contextualizará a evolução do pensamento humano científico e o desenvolvimento da tecnologia ao longo da história da sociedade. A partir de uma perspectiva narrada por Pirró (2004), que trata da transformação do conhecimento, através de seu registro e gestão, em um método científico capaz de reproduzir conhecimentos e explicar fenômenos da natureza, em paralelo à tecnologia e à criação de aparatos por meio da experimentação empírica. Logo após, apresentar-se-ão os pontos de inflexão que unem o processo científico e a criação da tecnologia, para posteriormente elencar os pontos de destaque, como a criação do ENIAC e ARPANET, nas tecnologias que os usuários utilizam nos tempos atuais. Pretende-se ainda verificar se há uma mudança significativa dos atores envolvidos nos processos de criação e utilização das novas tecnologias, partindo-se do pressuposto de que, no último século, o uso da tecnologia tem seu protagonismo deslocado do Estado, passando para o mundo corporativo até chegar ao usuário final. Também será retratado o conceito de Teorias de Rede Sociais, em sua abordagem mais livre de sua contemporânea associação com os serviços de redes sociais, como o Facebook e Twitter.

A segunda parte deste trabalho realizará uma discussão geral acerca da opinião pública, elencando os principais conceitos de como é formada, por quem é formada e quais os elementos que a compõe. Através da argumentação de autores como Braun (2012) e Barreto (2000), será traçado um diálogo entre o poder intrínseco da informação pura como formadora

da opinião da população, como uma resposta a situações que os cercam e a manipulação das informações, conforme coloca Barreto (2000), que criam uma falsa liberdade de expressão e debate de ideias, embora orquestrada por monopólios e oligopólios detentores das cadeias de disseminação de informação. Ainda, explicar-se-á o papel do estudo da opinião pública, seus métodos de coleta de informações e a relevância de sua contextualização histórica. Por fim, esta segunda parte abordará o papel da opinião pública no sistema internacional, em contraponto com a teoria realista das relações internacionais que coloca os Estados como únicos atores de relevância do sistema.

Já na terceira parte deste trabalho, será analisado o ponto de ligação entre Opinião Pública e as novas tecnologias, por meio de uma seleção de tópicos relacionados a ambas as questões. Dentre eles: a forma com a qual se dá a construção da opinião pública por meio das novas redes sociais; o crescimento das plataformas de compartilhamento; o crescimento de atuação de autoridades e órgãos regulatórios da internet e fraudes envolvendo a internet como ferramenta; meio e fim de atividades maliciosas. Neste tópico será, também, abordado um ponto de inflexão na análise do desenvolvimento das redes de conexões, a *WEB 2.0.*, de forma a identificar quais as mudanças significativas que podem ser trabalhadas com esta nova configuração, quais as mudanças nos eixos de relações entre os usuários e serviços e qual o papel dessa tecnologia na verificação da opinião pública.

Na quarta e última parte, será exposto o estudo de caso escolhido para abarcar todas os pontos anteriores. Uma contextualização histórica e política será realizada, a fim de que se entendam os fatores proeminentes que fizeram da região escolhida o local para os levantes e protestos de 2011. Verificar-se-á, ainda, qual a importância da atuação dos atores nesses levantes e também quais os motivos que levaram aquela região específica, naquele momento específico, eclodir em uma reação generalizada e internacional, que resultou na derrubada de diversos regimes políticos antigos. Cabe colocar, neste ponto introdutório, que a análise das intenções dos atores e a identificação dos reais atores destes processos se faz importante para o cumprimento dos pontos propostos pelo tema. Também serão especificados alguns dos aparatos, desde os responsáveis por sua criação até seu emprego na estratégia de dominação internacional, que foram utilizados para a captação de recursos humanos nos protestos, a organização dos movimentos sociais, a disseminação do sentimento de revolta e a difusão do ideário da democracia nestes países.

2.PROCESSO DE EVOLUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

2.1. Gestão do conhecimento na história

A sociedade presencia, ao longo do percurso de sua existência, a evolução do entendimento dos fenômenos naturais que envolvem o ser humano e outros elementos, como as interações sociais e criação de técnicas de cultivo, assimilados na concepção de mundo do homem. Tais fatores e elementos presenciados ditavam as regras de comportamento social, relações de trabalho, dogmas de religião e técnicas produtivas durante toda a antiguidade (LIMA, 2004). Para se entender o processo de transformação da produção do conhecimento empírico em uma técnica científica, é necessário que se conheça a evolução do pensamento humano e contribuições de diversas faces de concepções espalhadas por todas as localidades do planeta. Pode-se dizer que a ciência, como definida por Lima (2004), é o ato de sistematizar a produção do conhecimento humano e seu desenvolvimento, que se desprende da filosofia e promove o avanço e ramificações das mais diversas áreas de conhecimento.

O desenvolvimento dessas áreas de conhecimento dos povos da antiguidade, tais como a filosofia grega e a alquimia chinesa, foi absorvido pelo Império árabe que se estendia por um vasto território e este, por sua vez, realizou o incremento e aperfeiçoamento da álgebra, trigonometria e das áreas do estudo da ótica, além de terem sido pela utilização unificada de tais áreas de conhecimento. No entanto, sua maior contribuição para o surgimento da ciência moderna pautou-se na unificação e registro do conhecimento, que seria fundamental para sua posterior disseminação. Ainda, após o período de 750 d.C., com o enfraquecimento do império árabe e o recuo de sua extensão, este vasto conhecimento registrado foi herdado pela Europa, e, com o passar dos séculos, serviu de combustível para diversas revoluções culturais, tais como o Renascimento italiano, a Reforma Protestante e Contra-Reforma, que foram pilares do nascimento da ciência moderna e despontaram a Europa como um centro global de cultura e conhecimento (PIRRÓ, 2004).

A partir da então chamada Revolução Científica, houve uma aproximação do estudo científico com a inovação tecnológica, através da criação de uma ambientação propícia para o surgimento de relações mais profundas entre o estudo científico e o desenvolvimento de ferramentas (LIMA, 2009). Esta inovação era criada, muitas vezes, por meio de descobertas empíricas devido à necessidade de resolução de problemas do cotidiano, como a utilização de uma serra, marreta ou uma estrutura de alavanca para movimentar objetos pesados. O Ocidente e o Oriente não possuíam um corpo único de acumulação de conhecimento que fosse possível determinar como um método-científico, ou uma sociedade científica. Havia

áreas de conhecimento desconexas e desenvolvidas sem uma metodologia que permitisse a disseminação e evolução contínua do conhecimento gerado, o que acarretou na criação dos mesmos apetrechos e tecnologias em diversas partes do mundo em épocas similares, tais como: o arco e flecha, a carruagem e a agricultura.

2.2 Revoluções culturais

As mudanças de pensamento humano, desencadeadas ao longo de diversas revoluções sociais do período após a Idade Média, presenciadas especialmente pelo núcleo europeu ocidental, foram pontos de inflexão que permitiram uma maior liberdade para reflexão, pesquisa e consolidação da ciência como um método de alcançar novas perspectivas. O Renascimento italiano, por exemplo, rompeu com o caráter teocêntrico das explicações dos fenômenos da natureza, ordem social e o medo irrestrito do divino, centrando-se no descobrimento do mundo real em detrimento da “vida após a morte”. A Reforma Protestante trouxe os questionamentos de regras e dogmas em nível institucional, os quais eram sustentados pela igreja católica durante toda a idade média. A partir dessa maior liberdade é possível entender o motivo da Europa de ter sido uma referência nos processos de inovação produtiva que se seguiriam, como a Revolução Industrial e sua gênese na Inglaterra, posteriormente as demais inovações que permitiram a constituição da ciência como metodologia e agregador de conhecimento (PIRRÓ, 2004).

A partir de uma análise mais embasada dos fatores e elementos que cercam as atividades humanas, no início do século XVII, começa a surgir o método científico como um exitoso formato de explicação dos fenômenos da natureza. Cabe destacar, dentre os pensadores mais conhecidos, o pai do método científico, Galileu (1564-1642), que submeteu teorias e hipóteses à comprovação empírica. Segundo Lima (2009), o princípio de método científico adotado no início da idade moderna consistia no desenvolvimento da técnica e sua provação a partir de experimentação. Com o advento do “método científico” e a comprovação das hipóteses por meio de testes empíricos, o número de indivíduos interessados na construção do conhecimento sobre os fenômenos do universo cresceram de maneira acelerada, conforme explica Pirró (2004, p18), no que tange ao fomento europeu, com relação ao surgimento das sociedades científicas, escolas e academias:

“(…) Um indício disto foi a fundação de sociedades ou academias, compostas por pessoas que se reuniam para discutir as suas descobertas e propor novas questões.

Assim, na península itálica surgem a Academia Scretorum Naturae, em Nápoles (1560), a Academia dei Lincei, em Roma (1603 a 1630) e a Academia del Cimento, em Florença (1651). Em Londres forma-se o Colégio Filosófico ou Invisível (1645), cujos membros se reuniam no Gresham College, e que mais tarde viriam a dar origem ao Royal Society (1662). Em Paris, é fundada a Academie des Sciences (1666). Com relação a publicações científicas, acredita-se que o periódico independente mais antigo publicado foi o 4 "Journal des Savants", editado em Paris em 1665(5). Meses depois surgiu, em Londres, as "Philosophical Transactions of Royal Soceity"

Dessa maneira, a ciência distingue-se da filosofia e se estabelece como um campo de conhecimento que já conta com um espaço próprio, regras e procedimentos também próprios, cujo propósito na sociedade já é reconhecido e sua importância também é destacada. Ainda segundo o autor, este estágio da evolução das áreas de conhecimento ainda é marcado pela independência entre a ciência e sua metodologia, e a produção de tecnologia. Tal separação pode ser explicada pela impossibilidade de traduzir o conhecimento científico ainda nascente, seja pela divisão da sociedade em classes, que separava o trabalho intelectual do trabalho físico, seja pelo fato de que a técnica produtiva da época, a manufatura, utilizava somente ferramentas de manuseio simples e que visavam à amplificação da força ou habilidade dos trabalhadores (PIRRÓ, 2004). Já Lima (2009) discorre sobre o período subsequente da Revolução Industrial, que serviu de base para a ambientação do desenvolvimento tecnológico com aliado ao desenvolvimento científico.

2.3. Desenvolvimento tecnológico na idade moderna

Com o intuito de entender os processos que envolvem o desenvolvimento da tecnologia, não se pode considerar unicamente seu histórico como uma evolução dos aparatos, métodos de pesquisa, mas também como uma transformação da forma com a qual a ciência e tecnologia se relacionam nas diferentes fases da evolução humana como sociedade. A Revolução Industrial, segundo Hobsbawm (1962), surgiu na Inglaterra por uma série de fatores e precedentes econômicos que datam de 200 anos de “desenvolvimento econômico razoavelmente contínuo”, que foi crucial para o lançamento dos alicerces da industrialização. No entanto, a inovação era ainda muito pautada em mecanismos para aumentar a produtividade e força do trabalho na produção, e muito pouco tinha relação com a pesquisa. A transformação do sistema produtivo de manufaturas e de grandes centros de artesãos em complexos industriais eram resultados de um incremento da capacidade de produção e desenvolvimento de processos automatizados. Por outro lado, a pesquisa e a ciência da informação pouco tinham relação com a inovação da época, apesar do seu papel fundamental

no fomento à inovação. A estrutura capitalista, por sua vez, dividia a sociedade em classes e com divisão do trabalho físico e intelectual alocada em cada classe. A classe operária não tinha qualquer conhecimento teórico que desse suporte à criação de tecnologia que sanasse as suas demandas. Já os coletivos científicos ainda eram incipientes e insuficientes para produzir e projetar aparelhagem em larga escala.

Nos períodos que precedem a Revolução Industrial, o homem meramente criava e aperfeiçoava ferramentas cuja manipulação dependia da ação humana em todas as etapas do processo produtivo. Com o advento do motor a vapor em 1775, os trabalhadores do setor de algodão puderam multiplicar sua produção em mais de cinquenta vezes, por exemplo. Os trabalhadores, por sua vez, não necessitavam do conhecimento das técnicas de tecelagem que eram requisitos imprescindíveis dos antigos artesãos (DUARTE, 1997). Tal transformação pode ser verificada no intenso crescimento das fábricas no período. Duarte (1997) também destaca dois pontos-chaves do período que denotam as mudanças na forma com a qual o ser humano se relaciona com o novo paradigma produtivo. A criação da profissão de projetista, que detinha o conhecimento dos processos de produção artesanal, uma vez que as máquinas da época tinham o propósito de emular as técnicas artesanais, e também o conhecimento mecânico para a criação das alavancas, barras de ferro e aparatos que viriam a executar este trabalho. O segundo ponto-chave seria a “autonomia da tecnologia em relação ao artesão e ao produto”, ou seja, a máquina realizaria sempre a mesma função independente de seu operador, enquanto um artesão, como operador de uma ferramenta, estava empenhando a sua habilidade e desta dependeria para fabricação de um produto. É correto afirmar, portanto, que os fatores elencados acima corroboraram para o crescimento e propagação da indústria como método produtivo dos países desenvolvidos e, com o crescimento verificado no capitalismo que atraía o interesse no desenvolvimento e inovação, resultou em um crescente alinhamento da evolução da tecnologia com o processo de pesquisa científica que foi se fragmentando e se especializando com o passar dos anos.

2.4. Criação da ARPANET e ENIAC

Na mudança do século XIX para o século XX, somada a eventos que desencadearam duas guerras mundiais, houve uma transformação considerável na forma como o conhecimento e a inovação tecnológica evoluem, como eles se relacionam, e o envolvimento dos atores protagonistas desses processos. É correto afirmar que o referido período é marcado pelo crescimento exponencial da técnica científica de pesquisa e por sua associação com a

criação de aparelhagem técnica utilizada durante e posteriormente ao período (LIMA, 2009). Dentre os fatores que contribuíram para a construção de uma metodologia de pesquisa aplicada à tecnologia está a própria centralidade do tema na construção do poder Nacional, ou seja, na avaliação das capacidades de um Estado atreladas ao desenvolvimento de sua tecnologia militar e produtiva.

Logo, este formato de compreensão da tecnologia como fruto do descobrimento e pesquisa científica trouxe uma série de mecanismos técnicos que permitiram o desenvolvimento da comunicação entre os diversos atores que foram responsáveis pelo surgimento e utilização dos aparatos oriundos dessas descobertas. A comunicação militar da primeira metade do século XX, por exemplo, era realizada por meio de envio de sinais de uma parte a outra via rádio e telégrafo; uma vez que a mensagem era enviada, ainda não havia meios de proteger a informação enviada de bases avançadas para a central de tomada de decisão, pois poderiam ser interceptadas com frequência. Ainda que fossem enviadas de forma encriptadas, ou seja, em códigos cuja tradução é feita por algum algoritmo pré-definido, estes poderiam ser decifrados após a identificação do padrão no qual foram elaborados.

Com a necessidade de satisfazer a demanda por uma comunicação eficaz e segura, bem como permanecer à frente dos ataques alemães durante o período da Segunda Guerra Mundial, diversas pesquisas das mais variadas vertentes foram financiadas, pelos Estados Unidos, e acompanhadas, paralelamente, pelos demais países desenvolvidos, em especial a Alemanha, URSS e outras potências que, no intuito de estabelecer base sólida de segurança frente a este novo paradigma de desenvolvimento, instituíram a Pesquisa e Desenvolvimento da Tecnologia como uma questão de Defesa Nacional (LIMA, 2009).

A injeção de grandes quantidades de recursos nos mais diferentes projetos de Pesquisa e Desenvolvimento na comunidade científica alavancaram a criação dos alicerces da comunicação digital. Dentre as criações que serviriam de base para a evolução e universalização do uso da tecnologia, ambas oriundas da academia e financiadas integralmente por dinheiro do Estado, destacam-se, o ENIAC e a ARPANET, além da Máquina de Turing. Esse destaque se deve ao fato de a ARPANET, como uma precursora da estrutura de rede que, após a abertura de uma de suas subdivisões ao público, ter dado origem à Internet, enquanto o ENIAC, como a forma base de arquitetura dos microprocessadores, possibilitou o aprimoramento da tecnologia e alcance até o usuário final, quando em 1984, o Macintosh foi produzido por uma empresa privada: a Apple inc..

O ENIAC foi o primeiro computador eletrônico, desenvolvido no período de julho a novembro de 1943 na universidade da Pensilvânia, com o propósito de solucionar problemas envolvendo cálculos balísticos. Encomendado pelo exército norte-americano, o ENIAC possuía uma estrutura de diversos painéis interconectados por cabos elétricos que eram conectados e programados para resolver um único problema. Sua arquitetura e disposição foram elaboradas, *a priori*, com o intuito apresentar soluções a um mesmo problema de maneira repetida, alternando-se somente os dados de *input* (NEYER, 2008).

O Sistema do ENIAC possuía 40 painéis, dos quais 20 eram “acumuladores”, que guardavam os registros dos dados inseridos; os *outputs*, e outros painéis realizavam operações de multiplicação, enquanto outros, de divisão. Quando o operador conectava os cabos, uma unidade emitia um pulso de 100Hz que enviava o sinal para o início e término das operações. Como não havia memória física, os dados eram guardados a partir de combinações de luzes e um cartão perfurado. Tal arquitetura se apresenta ainda muito similar a utilizada até hoje nos microprocessadores que utilizam as linguagens de códigos que traduzem as operações a serem realizadas e pulsos que determinam os intervalos de tais operações (NEYER, 2008). Tal estrutura permitiu a compreensão dos mecanismos que seriam utilizados na fabricação de diversos outros dispositivos que chegariam às casas dos consumidores em 1984, com o Macintosh, o primeiro microcomputador pessoal.

Dado o ENIAC como um precursor da tecnologia empregada nos dispositivos disponíveis ao usuário final, é necessário entender o papel da conectividade desses dispositivos por meio de um sistema único de rede, a internet. O precursor da comunicação via rede também foi encomendado com recursos e para suprir demandas estatais e de defesa. Assim surgiu a ARPANET como uma revolução na forma de comunicação

A ARPANET, *Advanced Research Projects Agency Network*, foi desenvolvida pelo departamento de Defesa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Tido como o primeiro protocolo de envio de dados por pacote, a ARPANET serviu como uma proteção em caso de ataque à base central de processamento de informações norte-americana: o Pentágono. A demanda da criação do projeto ARPA – *Advanced Research Projects Agency* – surge como uma manobra de resposta ao envio do satélite Sputnik, da URSS, ao espaço, cuja ação envolvia a pesquisa e desenvolvimento de projetos envolvendo satélites. Com a criação da NASA em 1958, a ARPA pareceu perder parte de sua premissa inicial. Todavia, o que ocorreu foi a oportunidade de adequar as pesquisas e focar na área mais promissora do departamento: a comunicação em rede (ALMEIDA,2005).

A utilização da ARPANET era, em sua maioria, uma base de discussões entre os membros desenvolvedores que partilhavam o desenvolvimento de mecanismos para facilitar a utilização da rede e o acesso a arquivos. Assim, por volta de 1972, a ARPANET atingiu um patamar de importância que foi renomeada DARPA, com o intuito de incorporar a palavra Defesa e salientar que o Pentágono era o financiador do projeto. Tal fato contribuiu para criação de uma rede internacional, e uma rede “interconectada” de tipos de conexões dos Estados Unidos que não se comunicavam entre si; mais tarde ambas as expressões seriam responsáveis pela denominação de uma rede comum para compartilhamento de dados e conexão entre computadores em diferentes localidades geográficas, ou seja, a internet (ALMEIDA, 2005).

2.5. Teoria das Redes Sociais

Conforme explanado por Braun (2012), a partir da primeira década do século XXI, o termo rede social passou a ser amplamente usado na definição de serviços oferecidos no acesso a aplicações e *websites* que estabelecem conexões de comunicação a um determinado grupo e ainda evidencia essa ligação a tornando visível por meio de uma interface de usuário. No entanto, as Teorias de redes sociais datam da década de 1930, e este fenômeno visto hoje é a utilização da teoria de redes sociais pela tecnologia de informação (CASTRO, 2014)¹. Diversos mecanismos presentes no cotidiano da população têm reforçado essa perspectiva, por exemplo, o lançamento de diversos serviços de gerenciamento de informações e conteúdo, como os *blogs*². As redes sociais, entretanto, são fruto da interação humana em sociedade, na qual se relacionam determinados grupos pouco institucionalizados, cujos limites são variáveis e sujeitos a reinterpretações (ACIOLI, 2007). Já os serviços de redes sociais são um produto da tecnologia da informação, e seu papel é o de trazer a consciência da existência de redes interpessoais. Contudo, sua existência e estrutura sempre existiram em diferentes formas e estruturas, a família, círculo de amigos ou agremiações esportivas são exemplos de redes sociais, de forma que cada indivíduo desempenha um papel e se encaixa em uma posição

1 CASTRO, Henrique Carlos de O. de. As Novas Redes Sociais e o Sindicalismo (ou novas roupagens para antigas formas de fazer política). In: CESIT/ UNICAMP e UGT. (Org.). Sindicalismo Contemporâneo: Uma nova visão para o movimento sindical Brasileiro. 1ed.São Paulo: Salinas, 2014 (a), v. , p. 182-191.

2 Blog é uma palavra que resulta da simplificação do termo weblog. Este, por sua vez, é resultante da justaposição das palavras da língua inglesa *weblog*. *Web* aparece aqui com o significado de rede (da internet) enquanto que *log* é utilizado para designar o registro de atividade ou desempenho regular de algo. Numa tradução livre podemos definir blog como um diário online.

distinta em cada um deles. (BRAUN, 2012).

Objetivando-se a compreensão da origem do termo “redes sociais”, é necessário abordar os componentes envolvidos na definição dessas relações, isto é, as redes. O debate em torno do real significado de redes é tópico elencado na pauta de diversas áreas do conhecimento humano: Ciências Sociais, Saúde, Direito, Comunicação, e são recorrentes na discussão acerca das redes e suas características. Nas Ciências Sociais, como é definido por Acioli (2007) a respeito da concepção básica das redes:

“A concepção básica de redes - tanto para uso metafórico, quanto para o uso analítico - seria a de que a configuração de vínculos interpessoais entrecruzados são de forma inespecífica conectados às ações dessas pessoas e às instituições da sociedade. A ideia que permeia a metáfora de redes, é a de indivíduos em sociedade, ligados por laços sociais, os quais podem ser reforçados ou entrarem em conflito entre si.”

Já Braun (2012) disserta sobre os dois fatores fundamentais, necessários para o entendimento do funcionamento dessas redes. Quais sejam: a Conexão e a Propagação³:

A Conexão seria a relação dos indivíduos conectados e com quem estes estão conectados. Uma vez que um grupo é formado, ele se torna uma rede, pois, entre cada indivíduo do grupo, há uma ligação diferente e estas ligações têm diversas características, podendo ser de longo prazo ou mais efêmeras, de maior ou menor intensidade, pessoal ou impessoal. Cada um dos membros, em cada um dos tipos de relações entre eles, cria conexões que estruturam a rede social, ou seja, a estrutura de uma rede social é tão mutável quanto os membros que a compõem e as relações que estes estabelecem (BRAUN, 2012).

A Propagação é o conteúdo que flui por meio da rede social. As informações são transmitidas por comunicação escrita e falada e funcionam seguindo alguns padrões (BRAUN, 2012). O padrão mais comum de comunicação em rede é a chamada corrente humana, a qual pode ser explicada através de uma analogia com uma “Brigada dos baldes”, isto é, uma conexão linear na qual cada indivíduo transporta o “balde de água” para outro indivíduo e assim sucessivamente até que o balde de água chegue até o incêndio. Embora essa rede linear seja mais rápida do que o próprio indivíduo percorrendo todo o caminho até seu destino, ainda não é tão eficiente quanto redes não-lineares, nas quais este mesmo indivíduo se conecta com outros dois e solicita a estes dois que entrem em contato com mais dois. Para o autor, este último tipo padrão é descrito como uma “rede de telefones”. Sendo assim, se cada uma das partes se comprometer a avisar mais duas partes, a informação percorre todos os agentes em um tempo muito mais curto. Este fenômeno acontece hoje nos serviços de redes

3 Ambas traduções livres dos termos referidos no texto “Connection” e “Contagion”

sociais, e são de vital importância para entender a evolução destes serviços, seus agentes, protocolos e tecnologia embarcada em suas propostas (BRAUN, 2012).

2.6. Evolução das ferramentas de comunicação online

Os serviços de comunicação via internet sofreram diversas mudanças em relação a sua abrangência, propósito e até métodos de monetização e mercado consumidor desses serviços. Como relatado anteriormente, as redes sociais necessitam de um veículo, um mecanismo ou ferramenta que permita aos usuários criarem e compartilharem conteúdo. Nesse sentido, os serviços de redes sociais na internet foram providenciais para o aumento do conteúdo online gerado. No final da Guerra Fria, anterior ao uso universal da internet, existiam cerca de 200 *websites* em toda a internet. As mensagens trocadas pelos usuários, que também eram poucos, eram basicamente os endereços de e-mail, serviços de envio de mensagens por protocolos de identificadores de endereços IP. O TCP/IP, como era chamado em sua criação pelo departamento DARPA, surgiu como uma solução para o envio de pacotes de dados e comunicação de forma mais rápida entre diversas organizações militares americanas distintas. O grande triunfo dessa forma de comunicação era sua capacidade de avaliar a melhor rota para o envio dos pacotes de informação e calcular uma rota diferente caso a mais rápida tenha sido destruída. Tal protocolo, ao chegar ao usuário doméstico casual, levou à criação de diversos mecanismos de *Chat*, isto é, uma conexão direta entre duas pessoas conectadas em pontos remotos da internet que se comunicariam de forma independente.

Ao contrário do que se presume normalmente, as redes sociais na internet surgiram por volta de 1969, com a criação da tecnologia dial-up pela empresa CompuServe, que utilizava linhas telefônicas conectadas a um servidor que fazia a distribuição dos dados e, por meio de um TMD, transmitia e recebia os sinais e assim estabelecia conexões entre usuários. Somente após dez anos de sua fundação, a CompuServe lançou o serviço de envio de mensagens por e-mail, bem como um serviço comercial de suporte a usuários. Já em 1980, é lançado o *CB Simulator*, o primeiro serviço de mensagem instantânea. Em 1982, foi criada, então, a divisão de serviços de hospedagem (ISP) que fornecia a estrutura de conectividade aos seus clientes. Cabe salientar, no entanto, que a conectividade e os serviços da internet eram, *a priori*, feitos para clientes corporativos, pois um usuário doméstico não possuía nenhum tipo de dispositivo que permitisse o acesso a internet, muito menos havia conteúdo orientado aos usuários neste período. É possível perceber, portanto, uma mudança significativa dos atores envolvidos na utilização das redes e conexões: anteriormente seu uso era exclusivo de pesquisadores e

militares; com o passar dos anos, passou a ser uma ferramenta utilizada no meio corporativo, porém ainda era preciso uma grande quantidade de recursos para se obter a estrutura necessária e estabelecer tais conexões e utilizá-las. Devido a essas dificuldades, dificilmente os cidadãos poderiam arcar com essas despesas para utilização pessoal.

Em 1984, era apresentado ao público o primeiro computador pessoal com uma interface de usuário e com ampla escala de distribuição, o Macintosh, que fomentou a utilização de computadores em uma escala doméstica. Concomitantemente, a estrutura da internet, por sua vez, também estava em constante expansão. O sistema DNS, que instituía os nomes de domínios, foi implementado no mesmo ano, quando o número de servidores responsáveis pela hospedagem de conteúdo e estabelecimento de conexões alcançou a faixa de mil unidades operantes. O crescimento exponencial da utilização da internet pode ser percebido, inclusive, pelo avanço das empresas especializadas neste novo mercado. Exemplo disso foi a apresentação, para o público, da plataforma Windows 3.0 e, posteriormente, a do Windows 95, o qual representou a tradução de toda a inovação tecnológica para uma interface simplificada para o usuário final.

Desta forma, é possível verificar a transição dos usuários dos serviços especializados na conectividade da internet, como os militares, até o usuário comum, de forma que a internet passou a fazer parte da vida dos cidadãos. Com a evolução dos aparatos conectados na rede mundial de computadores, houve, também, a multiplicação de servidores e conteúdo, ocasionando mudanças nas políticas da internet. Após o episódio do *Morris Worm*, que infectou diversos computadores em larga escala, além de ter sido o primeiro a ser distribuído por meio da internet, foram criados diversos Centros de Resposta a Emergências – CERT. Os CERT, até hoje, são os órgãos que estão submetidos aos Núcleos de Informação e Coordenação das extensões de internet e operam no registro de incidentes e no seu tratamento. Em relação aos serviços de internet oferecidos para o público, a criação das plataformas AOL, Geocities, Blogger, entre outras foram responsáveis pela inclusão do usuário doméstico não só como um utilizador do conteúdo disponível, mas também como criador deste conteúdo. Sendo assim, a comunicação linear entre computadores é substituída por centrais, nas quais estes usuários interagem entre eles e com a comunidade online como um todo. Isso também ocorre com o *website* pessoal, que retrata uma área de interesse em comum de pessoas que trocam informações acerca do assunto, até plataformas de serviços de rede sociais, como o Orkut e Facebook, que, a partir dos anos 2000, propiciaram um ambiente de compartilhamento coletivo de informações de toda natureza.

A inserção da sociedade civil por meio destas redes não só aumentou o número de conteúdo hospedado na internet, como também aumentaram as empresas interessadas em ingressar no mercado online e de tecnologia. Em 2015, por exemplo, as três maiores empresas do mundo, considerando-se valor, são Apple Inc., Microsoft Inc., e Google Inc., todas do ramo da tecnologia.

Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, o número de usuários de internet passou de 400 milhões de usuários em 2000 para 3,2 bilhões de usuários conectados na rede, conforme o último levantamento realizado pela ONU. A estrutura da internet, por sua vez, para se adequar ao imenso crescimento do alcance da rede, necessitou de uma reformulação em parte dos seus servidores de raiz. Segundo Scholte (2011), as questões mais importantes a serem respondidas a respeito da publicação de conteúdo na internet estavam relacionadas à responsabilidade pelos impactos causados por algum incidente, a qual esfera competia e a que ator deste sistema. Dessa forma, a criação dos órgãos como a ICANN serviram para responder pela organização da internet e servir como um elo entre as mais diversas companhias responsáveis pelos serviços de hospedagem, registro de domínios e provedores de serviços.

Pode-se utilizar como um exemplo desta transferência de atores responsáveis pela utilização e gerenciamento das estruturas tecnológicas a própria mudança interna das diretorias da ICANN. A ICANN, fundada em 1998, é a organização que detém o papel de correlacionar os números de endereço de servidores e DNS com seus respectivos *domain names*, estabelecendo uma coordenação entre estes identificadores únicos da internet. Seu amplo escopo envolve também a gerência sobre *top-level domain extensions* e configurações de servidores raiz (DNS), que mantém todo o sistema conhecido hoje, no qual se identificam usuários, organizações e todo conteúdo hospedado na internet. Anteriormente, o serviço IANA era realizado por Jon Postel, um pesquisador da Universidade da Califórnia e um dos desenvolvedores da ARPANET, que ficou mundialmente conhecido por seu trabalho relacionado aos servidores raiz da internet e suas atribuições.

Devido ao crescimento da internet como uma ferramenta de interação humana, disseminação do conhecimento e plataforma de múltiplas conexões em rede, a ICANN, cuja administração competia ao Governo americano, sofreu uma série de transformações em sua base organizacional, a fim de legitimar suas ações e promover políticas de governança para internet, como a criação de GTLD's de administração estatal de diversos países, ou GTLD's com qualificações específicas para o estabelecimento de uma base segura para pesquisas,

compartilhamento de dados e informações (SCHOLTE, 2011).

Com relação ao *executive board* da ICANN, este, por sua vez, teve sua estrutura fragmentada para contemplar diversos setores da sociedade. Fundada como uma organização sem fins lucrativos, a ICANN ainda era uma organização essencialmente americana, com sua sede na Califórnia e todo seu quadro de membros americanos. Conforme Scholte, a importância da ICANN, como organização para administração dos *IP's* e *DNS* é de grande importância, desde a popularização da internet no momento em que foi apresentada ao público, em 1990, até os dias atuais. Uma das atribuições que exemplificam a importância da ICANN é o fato de, por exemplo, ter o poder de desabilitar totalmente o protocolo de qualquer sítio cuja extensão é *.com* ou *.org*. Este tipo de possibilidade seria desproporcional se submetida à avaliação e ao comando de um Estado, que ditaria a governança da internet em âmbito global. Dado isso, foi decidido que a inserção da sociedade civil seria essencial para a legitimação das ações e medidas oriundas da ICANN e funções da IANA (SCHOLTE, 2011).

Hoje a organização é composta por quatro segmentações cujas discussões são transformadas em pauta a serem votadas e por fim aplicadas às regras de governança da internet em nível mundial. A sociedade civil é representada por voluntários de diversas áreas de atuação, diversos movimentos sociais, empresas de atuação multinacional com comissões, e Estados representados por comissões oficiais de governo. Cada um dos segmentos tem voz ativa nos grupos de discussão e votações que definem as políticas internas da organização e aplicação das medidas e projetos criados, bem como o direcionamento financeiro gerado a partir das licenças de uso e registro de TLD's e GTLD's, que configuram todas as extensões conhecidas de domínios da internet e seus servidores raiz (DNS).

Assim dito, é notória a mudança de atores envolvidos tanto nos processos de utilização dos mecanismos tecnológicos da internet, como também a tomada de decisão acerca de sua abrangência e governança. A organização da internet hoje conta com uma gama muito maior de políticas e incentivos à propagação de conteúdo responsável por parte de seus usuários. Tais políticas, como a adoção de extensões de domínio *health*, que necessitaria de diversos registros e documentos para assegurar aos usuários que seus conteúdos seriam corretos e embasados. Extensões como *bank* seriam utilizadas por instituições financeiras, cujos servidores e empresas de registro garantiriam que o conteúdo hospedado nessas extensões seriam, de fato, sítios reais de bancos em que operações poderiam ser feitas sem risco. Todas essas modificações foram elaboradas pela sociedade civil em conjunto com as organizações, em um debate de mesma equivalência entre as partes, o que diz muito sobre os novos rumos

que estão sendo tomados para a governança da internet (SCHOLTE, 2011).

3. OPINIÃO PÚBLICA

3.1. O que é Opinião Pública?

Com o propósito de definir a opinião pública e como ela afeta os diversos atores envolvidos nos processos políticos, é importante o estabelecimento dos fatores que influenciam na opinião pública, quem são os elementos da sociedade que a forma, qual tipo de ações ela influencia e quais os indicadores responsáveis por auxiliar no processamento dessas informações. Opinião pode ser definida como uma interpretação dos fatos e emoções, embasados em diferentes aspectos que moldam a opinião de um indivíduo, tais como o grau de escolaridade, elementos culturais, intenções, crenças e convicções. Estes princípios orientam a opinião individual de tal forma que, quando opiniões opostas são apresentadas, fatos, por si só, são insuficientes para receberem apoio ou serem aceitos por ambas as partes de uma discussão (BRAUN, 2012).

A opinião pública, como definido pela Enciclopédia Britânica, seria um apanhado de visões individuais, atitudes e convicções de um determinado segmento da sociedade. Também se enquadra nesse aspecto a visão dos cidadãos a respeito das políticas do governo, quais as medidas a serem tomadas pelos governantes, como também explicam o comportamento dos atores políticos, partidos e outras organizações políticas dentro seu âmbito de atuação (BIANCO; CANON, 2009). Não só a respeito das ações políticas, a opinião pública destaca a opinião preponderante sobre assuntos de interesse geral ou específico, como esportes, política e sociedade.

No entanto, para se construir um consenso a respeito da opinião pública, é importante que haja certos tipos de ferramentas para a coleta de tais informações, uma metodologia para o processamento dos dados e um meio de divulgação. Pesquisas de opinião, geralmente, levam em conta a opinião de um determinado grupo de pessoas, nas quais são feitas as perguntas para o público em questão e amostragens aleatórias são feitas para determinar uma coesão para a qual possa ser atribuída uma porcentagem que indica, no caso de uma pesquisa eleitoral, o candidato com maior ou menor intenção de voto pela população.

3.2. Histórico da opinião pública

De acordo com Braun (2012), a opinião pública está presente antes mesmo do nascimento de sua definição, uma vez que, no momento em que o ser humano passa a conviver em famílias, comunidades e sociedades, tem-se a necessidade da criação de uma opinião para a construção de um consenso geral. Por exemplo, uma tribo de caçadores em uma época passada, na qual, para convencer a comunidade nômade a se mudar, a se deslocar novamente para um local onde houvesse mais abundância de recursos, o “descobridor” deste novo caminho deveria se utilizar das ferramentas necessárias de oratória ou ilustrativas para impactar a decisão e expectativas alheias. Dessa forma, o homem desenhava na parede as figuras que havia visto nessa nova terra promissora, surgindo, então, a figura de um grande animal, que poderia alimentar esta tribo. Por meio dessa metáfora, Braun apresenta como o homem utiliza a tecnologia e suas ferramentas para a construção e mudança da opinião daqueles que o cercam.

Ao longo do curso da história humana, a opinião pública é presente e transmitida das mais diversas formas, e merece destaque, nesse sentido, o advento da invenção da imprensa em 1455, que convergiu com o surgimento da sociedade burguesa, com a massificação da distribuição da informação e acabou por transpor diversas barreiras geográficas e sociais (BRAUN, 2012). Todavia, mesmo com o alcance da informação expandido para um público muito maior, algumas dessas barreiras ainda não seriam superadas, tais como a linguagem e escolaridade. Por isso, o acesso à informação está amplamente ligado à crescente importância da opinião pública, bem como os mecanismos utilizados para verificá-la. No decorrer do século XX, a opinião formada pela mídia ganha grande importância inclusive em âmbito acadêmico, o estudo da opinião formada através da mídia é de grande impacto e seu estudo se faz necessário para adquirir ciência da real dimensão de que esta alcança.

3.3 O papel da ciência social no estudo da opinião pública

Braun (2012, p23) discorre a respeito de três modelos do pensamento moderno que tratam da opinião pública. São eles: noção sociológica-analítica da opinião pública, noção sociológica-filosófica da opinião pública e opinião pública como resultado de pesquisas de opinião.

A noção sociológica-analítica da opinião pública entende a opinião pública como uma

“dimensão mental” que colabora para coesão de opinião da sociedade moderna. Tanto opiniões que são resultados de estudos científicos quanto as opiniões mutáveis construídas em cima da grande mídia são levadas em consideração. Já a noção “sociológica-filosófica” da opinião pública é assimilada somente de acordo com o grau de formação, ou seja, deve preencher certos requisitos

E a opinião pública como assunto e resultado de pesquisas de opinião é um apanhado geral que engloba as opiniões, ações dos atores, e comportamento humano em sociedade, de acordo uma concordância geral ou sua maioria.

Apesar dos modelos apontarem diversas versões do que seria, de fato, o propósito e estrutura da opinião pública, o autor coloca que tudo que é desenvolvido e criticado é o conceito desta pauta como um meio para alcance da verdade (BRAUN, 2012). Em contraponto a essa tese, há uma visão mais crítica em relação à opinião pública e sua construção. Barreto (2000) afirma que a opinião pública é manipulada conforme uma demanda estimulada, e que tal opinião é configurada e operada, por meio da mídia, e “servida” ao público como um bem de consumo. O autor critica que, ao contrário das formulações destacadas até então, que há, sobretudo, uma concentração dos meios de construção e disseminação de informações e uma exclusão histórica de camadas socialmente e economicamente mais baixas que são deixadas à margem da cidadania. Há, portanto, uma “fantasia” de uma livre expressão e difusão imparcial de tais informações, porém chega-se à conclusão de que se a formação da opinião do cidadão depende da mídia em massa, uma vez que essa tem o poder de construir valores, discursos políticos e até mesmo a própria política (BARRETO, 2000).

Embora relate o caso brasileiro, o autor destaca importantes pontos para reflexão sobre a opinião pública que virão a ser úteis na análise que seguirá no decorrer deste trabalho. É fundamental o entendimento de que, apesar das bases teóricas elencarem fatores que corroboram para uma visão “igualitária” acerca da busca da verdade e da construção de uma coesão entre os indivíduos de uma sociedade, os meios de tecnologia, processamento e posicionamento dos atores inseridos entre o factual e a informação (sejam eles públicos ou privados) possuem interesses no que está sendo levado ao público geral e discutido na formação do sentimento geral desse determinado público.

É possível, pois, concluir que a opinião pública, conforme a crítica do autor, serve ao interesse político das classes dominantes e serve às instituições que apoiam o estabelecimento e manutenção desses valores construídos. Luhmann (1995) apresenta uma reflexão importante

sobre a sociedade, que auxilia na verificação das informações expostas anteriormente. Para ele, a sociedade é a soma de todas as comunicações de diversos sistemas que compõem a sociedade, por exemplo, o sistema político, sistema religioso, e, por meio desses, ocorre a comunicação. Ainda na perspectiva do autor, nenhum desses sistemas opera sem comunicação entre eles. Apresentou-se, até então, como a opinião pública é formada, gestada e suas consequências em uma sociedade. Entretanto, é necessário relatar sua proporção em nível internacional para posteriormente elencar e analisar os elementos principais que integram o estudo de caso escolhido.

Não só em âmbito nacional, como também no internacional, a opinião pública gera expectativas em relação às ações dos diversos atores envolvidos nas tomadas de decisões. A teoria realista das relações internacionais é relatada por diversos autores como as ações interestatais, isto é, aquelas que envolvem exclusivamente Estados como atores do sistema internacional. Na transposição da esfera nacional para a internacional, no que tange à formação da opinião pública, a partir do último século, é possível verificar vários exemplos da ação dos Estados buscando a legitimação de suas ações por meio da manipulação do ambiente midiático.

Monteiro (2013) destaca a Guerra do Vietnã como um marco desse fenômeno. Devido à intensa cobertura televisiva, as notícias causavam grande impacto na sociedade americana de maneira geral, o que provocou a decisão dos EUA de estabelecer um controle maior sobre o que estaria sendo veiculado e levado ao público devido ao teor controverso de suas políticas. Não só como efeito de controle de informações, mas as reações de externalização de conflitos, como foi o caso das políticas midiáticas no período da Guerra Fria, condenando a URSS por todo o conflito e pela defesa de uma ideologia que julgavam contrária à paz mundial e disseminavam todo tipo de informação com o intuito de formar uma atmosfera de medo e reprovação. Até mesmo a clássica personificação da nação americana, por meio da figura do “Uncle Sam” em 1917, corroborou para a tomada de consciência acerca da importância da contribuição de todo o cidadão americano no envolvimento da Primeira Guerra Mundial. De acordo com Baran e Davis (BARAN; DAVIS, 2009), o mesmo ocorre em relação à propaganda utilizada na Segunda Guerra Mundial; esta, por sua vez, serviu de laboratório para o estabelecimento de ferramentas capazes de influenciar na mudança de pensamento e atitude do cidadão norte-americano, bem como da própria mídia americana. A ascensão da propaganda nazista na Europa, por exemplo, foi tão forte que o governo americano a sentiu como uma ameaça aos valores americanos e assim teve início uma série de

iniciativas com o intuito de direcionar a atenção do público ao conflito e engajar a população. Essa mudança na postura, inclusive, contraria a intenção norte-americana até então, a qual produzia a informação de que a paz era duradoura, mesmo enquanto auxiliava a Inglaterra em segredo (BARAN;DAVIS,2009).

3.4. Sistema Internacional e Opinião Pública

Ao longo do século XX, a propaganda e os veículos de comunicação utilizados pelos governos para manipulação do “sentimento” dos cidadãos frente aos acontecimentos foi se tornando cada vez mais presente na formulação de política interna e externa. A ação das comunicações em massa estava intimamente ligada aos interesses estatais e, lembrando o argumento utilizado por Barreto (in BARRETO, 2000), os meios de comunicação em massa são uma representação da sociedade na qual atuam, agindo de forma ativa, uma vez que são agentes políticos, tem poder político, alteram o cenário político e têm voz ativa em todos os processos de decisão eleitoral. Se é possível modificar a ordem política e refletir a sociedade no conteúdo produzido por esses veículos de comunicação em massa, que, no caso do Brasil é caracterizado por sua concentração, tal como sua estrutura social na qual os 10% dos mais ricos tem uma renda maior do que os 40% mais pobres (BARRETO, 2000), no sistema internacional, em nível supranacional, se pode promover o mesmo tipo de articulação e manipulação da opinião pública. No entanto, modificam-se os atores e sua percepção no que diz respeito aos ocorridos, bem como às expectativas dos atores “ativos” desse sistema.

A concepção realista das relações internacionais traz os Estados Nacionais como únicos atores do sistema internacional, ou seja, como mencionado anteriormente, é um sistema de relações interestatais, cujos custos para se manterem soberanos em sua existência, com crescentes investimentos em defesa e segurança (maximização dos custos de defesa) que muitas vezes superam inclusive os ganhos desses Estados (VILLA, 1999). Com o advento da informática e o maior acesso à informação por todas as fontes, como tratado na primeira parte deste trabalho, outras organizações também sensíveis a estas mudanças acabam projetando mais sua esfera de influência, seu alcance junto ao público e, por consequência, sua maior atividade na gestão e administração pública (VILLA, 1999). Tal fenômeno pode ser observado nos últimos anos com o crescente espaço das organizações por meio de pareceres, respostas, notas de repúdio e manifestações de níveis locais até internacionais, como o que será tratado no decorrer deste trabalho. Portanto, é claro o papel da mudança e aperfeiçoamento da

tecnologia da informação e a universalização de seu acesso para o desencadeamento de revoluções e mudanças substanciais nos mais poderosos sistemas da sociedade humana.

4. OPINIÃO PÚBLICA INTERNACIONAL E TECNOLOGIA

4.1 Como a sociedade se beneficia do acesso à informação

A partir de uma revisão teórica a respeito da influência dos serviços de redes sociais na sociedade civil, Braun (2012) disserta a respeito das modificações e influências que as redes sociais refletem na formação da opinião pública. O acesso à informação coloca o autor da informação e seus leitores muito mais próximos e, por conseguinte, mais expostos a conteúdos, fundamentados ou não, que são responsáveis por uma orientação de opinião, como o consequente fenômeno de compartilhamento, comumente conhecido por “viralização”, que consiste no envio simultâneo de um conteúdo para diversos usuários em diversos serviços, tornando difícil o controle do acesso a tal informação.

É importante, contudo, entender que os serviços de rede sociais na internet são, acima de tudo, moldados individualmente pelos próprios usuários. Grupos de indivíduos com interesses, situação econômica, ideologias e crenças em comum têm mais propensão a trocar informações do que grupos dissimilares. Portanto, é correto afirmar que grande parte da rede que cerca cada indivíduo está, de certa forma, alinhada ideologicamente e socialmente a ele (BRAUN, 2012). A rede de contatos é estabelecida e controlada pelo usuário de várias formas, como elenca Braun (2012, p33): por meio de controle de quem está conectado com o usuário rede social, de que maneira sua família interage com os outros usuários de contato em comum e a posição em que cada ator da rede ocupa dentro da classificação pessoal deste usuário. Da mesma maneira que um ator desta rede pode alterar a forma com a qual se relaciona com outras partes da rede, o resultado desta personalização também tem o efeito contrário: o de modificar o posicionamento, interesses e crenças, em uma dinâmica de fora para dentro, na qual tanto o conteúdo quanto a sua repercussão, bem como a incidência com a qual ele é divulgado, causam um impacto em quem está em contato com este conteúdo (BRAUN, 2012).

Todavia, ainda que sejam explicadas todas as conexões possíveis entre os operadores de tais redes, em um complexo sistema de comunicação e difusão de ideias, há uma tendência da rede de ter manifestações próprias, como os aplicativos de informe de trânsito, que não estão necessariamente ligados à produção de conteúdo, e sim ao monitoramento de um fenômeno que influencia as decisões que dizem respeito à situação monitorada (BRAUN, 2012). Não obstante, tais tipos de *softwares* de monitoramento de multidões vêm sendo amplamente utilizados por órgãos de inteligência e segurança em regiões de grande impacto em caso de atentados, ataques ou outras formas de manifestações que envolvam riscos à

segurança pública. O controle de fluxo em locais físicos, como aeroportos, estádios e avenidas de grande circulação tende a influenciar o comportamento dos envolvidos neste monitoramento, tanto os que possuem acesso às informações compiladas, quanto os que não têm, isto é, o impacto da rede ultrapassa os limites do virtual e se transporta ao mundo físico.

Da mesma forma, o monitoramento no âmbito cibernético, como é o caso de *softwares* de análise de menções em redes sociais, avaliação de marcas, gestão de registro de domínios, impacta inclusive nas relações entre empresas e clientes. Um banco, por exemplo, que apresenta um elevado número fraude em sítios falsos, envolvendo sua marca em um determinado grupo ou local, pode apresentar uma desconfiança maior, por parte de seus clientes, em relação à utilização de serviços ou à indicação para a utilização desse tipo de serviço a um contato e potencial novo cliente. Devido à crescente ameaça verificada nas últimas conferências da ICANN, e com o advento da massificação dos servidores de DNS, cada empresa que desejasse instalar um serviço para o mercado de fornecimento de hospedagem e transcrição de *IP Ranges* deveria dispor de um canal de denúncias de abuso, em tempo integral, com o intuito de obter uma ação rápida para contenção de fraudes e outras atividades maliciosas ou ilegais nacional e internacionalmente (SCHOLTE, 2011).

4.2. Web 2.0 e a Opinião Pública

A Web 2.0 é, como foi denominada, a ascensão dos novos serviços de redes sociais e uma inovação na forma com a qual os participantes das diversas redes da internet convivem e compartilham conteúdo. Além de uma gama maior no que se refere a opções de tecnologias e opções de conexões, como a telefonia móvel e a internet em diversas outras plataformas, a Web 2.0 refere-se a um período que compreende o início dos anos 2000 e tem por característica principal o compartilhamento de conteúdo instantâneo entre os usuários, como já referido anteriormente. Segundo Primo (2007), na primeira geração da internet, os usuários eram colocados como unidades que trabalhavam de forma independente e tinham relações de trocas simples, como o conceito da “Brigada dos baldes” de Braun (2012), em que havia servidores de hospedagem e seus usuários eram tão somente clientes desses servidores. Já na referida Web 2.0, o ponto de inflexão se dá no incremento das ferramentas *peer-to-peer* (P2P) e na percepção do usuário de internet como um cliente e, ao mesmo tempo, como um servidor que hospeda dados transmissíveis a outras fontes. Tal tipo de relação de usuário e conteúdo, como comentado anteriormente, desprende-se do antigo modelo e cria-se não só uma rede de

contatos e informações, mas uma rede de redes, na qual os usuários não só interagem entre si, como a grande rede promove interações e conexões novas a cada instante (PRIMO, 2007).

A Opinião Pública, na era da *Web 2.0*, pode ser mais facilmente contabilizada, seja por pesquisas de opinião online, ou pela compilação dos registros de publicações de usuários nos serviços de redes sociais. No entanto, muito ainda é questionável em relação à veracidade das informações que são veiculadas nestes canais. Como destaca Monteiro (2013), a corrente realista das relações internacionais condena a opinião pública por alegar que os indivíduos são movidos pela paixão e ignorância, e, da mesma forma, estariam envolvidos com os próprios problemas, estando, pois, a política externa fora do seu alcance. Sendo assim, a exposição de materiais e conteúdos disponíveis ao usuário, bem como a rapidez com que qualquer assunto pode ser considerado um fator de aumento ao acompanhamento de pessoas aos acontecimentos do mundo, alterando sua visão crítica. Além disso, a oportunidade e espaço para expor essa visão podem convencer os outros a pensar da mesma maneira crítica, a favor ou contra uma decisão. Tais tipos de crítica mudam a dinâmica política dos Estados, uma vez que o estado democrático ocidental conta com a aprovação dos eleitores em suas ações e, por consequência, o voto decorrente delas. A *Web 2.0* é o ponto no qual o indivíduo e a coletividade se relacionam e protagonizam não só a criação de conteúdo, como também o espaço para avaliação, construção e, ainda, destruição de movimentos, grupos e até mesmo regimes políticos.

5. A PRIMAVERA ÁRABE

5.1. Contextualização Histórica

A Primavera Árabe, como foi denominada em 2011, diante da sua deflagração como uma alusão à Primavera de Praga, foi um movimento inédito de protestos que começaram em dezembro de 2010 e repercutiram no mundo inteiro como um levante de libertação dos povos árabes frente à opressão sofrida pelos cidadãos e sua insatisfação com a situação econômica que vivenciavam. A região que engloba este fenômeno, o qual é o objeto que se aplica às análises deste trabalho, se estende desde Oriente Médio, passando pelo norte da África, na região do Magreb, até a Ásia Central (VISENTINI, 2012). É imprescindível, primeiramente, absorver as informações sobre os contextos históricos, políticos e possíveis motivações que levaram aos levantes em cada uma das regiões em específico, os regimes vigentes e as crises particulares de cada uma das áreas, bem como os reais resultados dos protestos. De acordo com Visentini (2012), cada um dos focos é motivado por razões e interesses distintos, e sua compreensão depende de diversos fatores inerentes à estrutura de cada região, além do auxílio de agentes externos e para cujos “revoltosos” foram preparados antes da eclosão das manifestações.

A construção de um cenário político, da insatisfação coletiva e o domínio da própria opinião pública, apresentado anteriormente de forma histórica, é recorrente na região e serve a propósitos de agentes cujo interesse tem relação muito mais profunda do que a troca de regimes políticos e a “democratização” da região. Todavia, é necessário especificar as condições de cada região e suas profundas crises para então ser possível discutir os aspectos que propiciaram as revoltas e as direções futuras da região (JOFFÉ, 2011).

5.1.1. O começo na Tunísia

As revoltas começaram, em sua versão oficial, em 17 de dezembro de 2010, na vila de Sidi Bouzid, na Tunísia, quando um jovem de 26 anos, chamado Mohamed Bouazizi, ateou, por desespero, fogo no próprio corpo após uma ação policial ter lhe humilhado e proibido de vender legumes. A situação do jovem era comum a diversos outros jovens na Tunísia, graduados e desempregados, aplacados por uma grande crise econômica, a qual ceifou o emprego de centenas de milhares de jovens no país. Em seu funeral, compareceram milhares

de pessoas. Logo após o ocorrido, diversos protestos foram deflagrados, no centro de Tunis, pedindo a saída do então presidente Zine el-abdine Ben Ali que estava no poder há 23 anos. Após dez dias de autoimolação, Mohamed Bouazizi, Zine el-abdine se exilou com sua família e, conseqüentemente, uma transição de cúpula do poder adotou reformas políticas superficiais. Tais acontecimentos foram o triunfo da *Revolução Jasmin*, como foi denominada. Rapidamente, depois dos ocorridos, o movimento e os protestos se espalharam pelo Egito (VISENTINI, 2012).

5.1.2. Os levantes no Egito

O Egito é o país árabe mais populoso, com cerca de 82 milhões de habitantes espalhados em um território de pouco mais de um milhão de quilômetros quadrados. Devido a sua posição estratégica, entre o Oriente Médio e a África, recebeu atenção e apoio das potências ocidentais desde a década de 1970. Seu regime político tem como grande sustentação as forças armadas, uma vez que todos os líderes do país foram militares, uma vez que, desde instalação da república, em 1952, por meio de um golpe, os militares foram levados ao poder. Todavia, Visentini (2012) argumenta que o Egito era munido de uma “poderosa burocracia civil”, o que impossibilitava a caracterização do regime como um regime militar, uma vez que não se fazia necessária a intervenção armada na manutenção da ordem social. O filho do governante Mubarak, Gamal Mubarak, por exemplo, dominava a maior parte do segmento produtivo, de serviços e financeiros do país, tendo seu poder auferido por meio de vantagens oferecidas dentro do regime. Mubarak foi o presidente responsável por uma maior estabilidade da política egípcia, reconhecido como um líder hábil em especial devido à comparação com os seus predecessores (VISENTINI, 2012).

No entanto, havia ainda uma classe média amplamente descontente com o marasmo da política e a falta de um programa de desenvolvimento, aliado a uma baixa renda *per capita*, de cerca de 2000 dólares, o que acabou coincidindo com a crise norte-americana em 2008. Além disso, a queda do turismo e o aumento dos preços dos insumos alimentícios e combustíveis, bem como as políticas reducionistas orquestradas pelo governo dos EUA, acabaram reduzindo os investimentos externos e enfraqueceram o apoio contínuo destinado ao país. Isso aprofundou a crise, aumentou as taxas de desemprego e ainda corroborou com a visão mais crítica por parte dos cidadãos egípcios. Por fim, o emergir dos movimentos revoltosos no país,

a crescente pressão dos EUA e das ruas pela saída de Mubarak, acabou contida pela ação das forças militares que arquitetaram uma transição do poder sem Mubarak, o que acalmou os ânimos das forças de oposição. A renúncia do Presidente, entretanto, não foi só uma ação popular, com a reunião de manifestantes na Praça Tahir, solicitando a renúncia do então presidente e o fim do regime autoritário no país, mas também foi uma reivindicação dos EUA para manterem a estabilidade na região, satisfazendo os cidadãos egípcios ávidos por mudança. Os temores dos EUA em relação à região diziam respeito justamente ao risco do surgimento de um poder paralelo que viesse a comprometer a estabilidade e influência norte-americana na região. Dessa maneira, de forma parecida com as modificações na Tunísia, o Egito sofreu modificações superficiais em sua estrutura (VISENTINI, 2012).

5.1.3 O apaziguamento na Arábia Saudita

A Arábia Saudita, uma das maiores potências da região, detentora de vastas quantidades de petróleo, cuja reserva de petróleo beira os 25% de todo o petróleo mundial, é também uma região culturalmente importante para o povo árabe, pois compreende os territórios de Meca e Medina, locais sagrados do Islã. Seu regime político é a monarquia absolutista da família Saud, que conta com mais de 5000 príncipes que vivem de seus próprios proventos. O grande aumento de renda causado pela alta do preço do barril de petróleo desencadeou uma série de propostas de reformas e nas áreas de educação e redução da dívida externa. O grande desafio das lideranças, contudo, é a flexibilização dos processos políticos sem que haja um enfraquecimento da monarquia, o que levou à criação de um Conselho Consultivo, chamado Majlis al Shura, que ficou a cargo das reformas políticas realizadas no país.

Sua relação com os EUA eram benéficas para ambas as partes, devido ao descobrimento das imensas reservas de petróleo, ainda na década de 1930. Por outro lado, as relações diplomáticas sofreram abalos em razão dos atentados de 11 de setembro, os quais foram associados a qualquer movimento árabe com os grupos terroristas em especial a Al-Qaeda. Para contrabalançar as tensões, a Arábia Saudita concedeu autorizações ao exército americano para estabelecimento de bases avançadas na fronteira com o Iraque e permissão de sobrevoos de caças no espaço aéreo saudita. Conforme Visentini (2012), o clima de segurança na região permanece abalado, uma vez que as relações com o Irã sofreram um abalo devido ao programa nuclear e ao envolvimento com os xiitas no Iraque. Já as manifestações ocorridas

em fevereiro de 2011, muito mais no âmbito cibernético, pediam o fim da monarquia, reformas políticas, a formulação e utilização de uma constituição e a separação dos poderes. A resposta do governo foi a simples consideração da hipótese de sufrágio feminino, cujo decreto oficial foi realizado pelo rei Abdullah, muito embora não considere sua candidatura a cargos eletivos (VISENTINI, 2012). Em 2015, foi a primeira oportunidade que as mulheres deste país tiveram para exercer seu voto nas eleições do mês islâmico Dhul Qada.

5.1.4 A Sufocada do Bahrein

No caso do Bahrein, essa ainda aparentava uma maior estabilidade política em relação ao conflito entre a maioria xiita da população, cerca de dois terços, e a minoria governante sunita. No entanto, com a projeção do esgotamento das reservas de petróleo, que representa cerca de 80% da renda do país, acirraram-se as reivindicações em relação à representação política da maioria xiita com as demandas de eleição de um Primeiro Ministro. Com o advento da crise internacional de 2008, as elites econômicas se viram abaladas em sua estabilidade de poder, ao mesmo tempo em que as tensões ganharam força e, quando a posição do sultão Hamad Al-Khalifa foi ameaçada pela revolta popular, tropas Sauditas intervieram no país e “sufocaram” as manifestações (VISENTINI, 2012).

Como pode ser percebido até este momento, as articulações e diálogo entre manifestantes e o poder central dos países foram, sem grande violência ou insurgência de poderes de oposição, contra a elite política e econômica, embora essa não tenha mudado, pois, quando houve substituição dos poderes, foi entre representantes da mesma cúpula. Os protestos, portanto foram ou sufocados, ou contidos, e os países se viram diante de reformas menos expressivas nas questões políticas ou econômicas do que aquelas reivindicadas pelas manifestações.

5.1.5 A Revolução na Líbia

O caso da Líbia, no entanto, foi o mais longo e complexo dos casos elencados neste estudo, tanto pela intervenção militar internacional na área, quanto pelo seu caráter mais violento também pelo longo tempo em que os eventos ocorreram. Outro fator a ser considerado nesta análise é o contraste alarmante entre os níveis socioeconômicos dos outros países presentes e “participantes” das revoltas da Primavera Árabe, e os números da Líbia, claramente mais desenvolvida e com mais satisfação por parte de sua população. Considerada um caso particular, Kadafi possuía uma forte relação com os países europeus e os EUA em especial. Com a eclosão dos protestos, já em fevereiro de 2011, houve diversos levantes armados na cidade de Baganzi, que foram reprimidos com violência por parte do exército. A crescente privatização de vários setores da economia, em grande parte do setor do petróleo, que corresponde a maior fonte de renda do país, acarreta em um aumento do desemprego da juventude Líbia, uma vez que esses jovens ainda cursavam a universidade e não encontravam vagas de trabalho. Outros fatores como a corrupção e infraestrutura estatal sucateada também foram motivos levantados pelos revoltosos (VISENTINI, 2012). Tal medida de privatização foi feita com o intuito de consolidar as relações entre a Líbia e os EUA. Todavia, isso gerou uma insatisfação interna que, supostamente, seria uma das condições causadoras dos levantes pela queda de Kadafi.

O país possui altas taxas de desenvolvimento, como mencionado anteriormente, com uma renda média alta, sendo o quarto país africano em extensão territorial e o maior IDH do continente africano. Entre as insatisfações apontadas, há também a condenação, por Kadafi, dos levantes no Egito e Tunísia, uma vez que houve a deposição do governo da Tunísia, o qual era aliado de Kadafi. Posteriormente, existiu o bloqueio de plataformas de serviços de redes sociais como o YouTube, com o intuito de dissuadir qualquer levante. Todavia, isso não foi suficiente, pois ocorreram revoltas nas cidades de Aydabiya, Bengazi e Darnah articuladas, através de mensagens de SMS, pelos usuários de serviços de telefonia móvel. Com o crescimento dos protestos, houve repressão militar armada e conflito entre exército e manifestantes, que também estavam armados. Após a tomada das cidades de Bengazi e Aydabiya, o governo se posicionou afirmando que a articulação feita através do Facebook teria sido criada por usuários de fora do país. Depois desse episódio, o exército divide-se em

pró-Kadafi e surge um governo de oposição encabeçado pelo general Abdul Nafa Moussa que conclamou os militares a voltarem-se contra Kadafi (VISENTINI, 2012).

O país, então, ingressa em uma guerra civil, que duraria oito meses, e que teve seu início em 20 de fevereiro, quando foi criado um Conselho de Transição, constituído por diferentes líderes de tribos líbias, que ocupavam 33 postos. Houve, no entanto, intervenção da OTAN, na região em que se iniciaram os ataques, interrompendo, assim, o avanço das forças de Kadafi. Após diversas deliberações, há intervenção externa direta com o bombardeio de instalações do governo líbio, em março. Contudo, a OTAN assume a liderança da intervenção militar. O governo de Kadafi libera o território líbio para a passagem de imigrantes ilegais africanos para o continente europeu, sob a alegação de que as revoltas teriam sido orquestradas pela Al-Qaeda. Os conflitos continuam intercalados por tomadas de regiões pelos rebeldes e por Kadafi.

Já em agosto, inicia-se o combate por Trípoli, que, ao final, foi tomada pelos rebeldes. Em outubro, o último reduto de influência de Kadafi foi tomado pelas tropas rebeldes, extinguindo-se, pois, a resistência Kadafista. A posterior morte de Kadafi, no entanto, sofre com controvérsias, pois há fontes que citam sua morte como execução do novo governo, uma vez que o antigo governante foi encontrado ferido em um buraco. Por outro lado, há a narrativa oficial do primeiro ministro Mahmoud Jibril, que alega ter havido uma troca de tiros entre as tropas do novo governo e apoiadores do antigo regime, ocasião em que Kadafi teria sido baleado. Por fim, existe um vídeo que teria registrado a morte de Muammar Kadafi e, por isso, acredita-se que tenha sido uma queima de arquivos devido ao seu íntimo envolvimento com a política europeia.

5.1.6 O caso da Síria

As manifestações que eclodiram na Síria, tida como uma vanguarda da resistência à intervenção norte-americana, foram financiadas pelo governo Sírio, que resultou em uma série de protestos envolvendo rebeldes e opositores aos rebeldes, reivindicando as mesmas reformas, mas com dois grupos distintos: um apoiando o governo e outro pedindo o fim deste (FARHAT, 2014). Dentre as exigências firmadas pelos movimentos estão a legalização dos partidos políticos, o afastamento de funcionários públicos corruptos e o fim do estado de emergência que já vigorava pelos últimos 48 anos. Em março de 2011, o presidente al-Assad

decreta o fim do estado de emergência e dissolve o conselho de ministros, e o presidente afirma que continuará exercendo o cargo até o fim do seu mandato. Da mesma forma que Kadafi, este alega também que atores internacionais estão conspirando contra o país e afrontando a autoridade nacional (VISENTINI, 2012).

O posicionamento das potências ocidentais se pauta no endurecimento das sanções à Síria, como o embargo de armas, e os desertores do exército Sírio se incorporaram aos manifestantes, que acabaram se tornando uma milícia armada. Hoje, portanto, a Síria passa por uma Guerra Civil advinda dos movimentos de 2011. Nesse sentido, as sanções Ocidentais continuam, ao passo que a Síria encontra aliados na China, Rússia e Irã.

Como pode ser percebido, diante de todo o exposto acima, a Primavera Árabe foi altamente noticiada na imprensa internacional, gerou opiniões de todas as organizações internacionais, sejam econômicas ou militares e movimentou milhões de pessoas, gerando resultados diferentes. A manutenção das forças tradicionais das regiões foi um fator presente em algumas regiões, enquanto na Tunísia e Egito houve mudanças nos governos.

5.2. Construção da opinião pública no mundo árabe

Após contextualizados os processo de manifestações em toda a região que compreende o mundo árabe, é importante enfatizar a questão central da qual trata o presente trabalho: A atuação e utilização dos serviços das novas redes sociais na deflagração dos conflitos, sua articulação e planejamento. Visentini (2012) coloca que não há prática sem teoria, logo, houve de fato, um planejamento das ações a serem tomadas e das estratégias adotadas para a concretização dos ocorridos. A grande questão que se apresenta diante deste cenário é a quem servem as mudanças praticadas em toda a região e qual ator foi responsável pela elaboração do projeto de construção da opinião pública que culminou nos levantes. Muito embora haja uma forte base popular em relação às reivindicações dos povos árabes, descrito pelo autor como um “choque entre a mudança social modernizadora e democratizante e os regimes autoritários e desgastados⁴”, há uma estratégia utilizada que é chamada de “Revoluções Coloridas”, um novo conceito nas Relações Internacionais, sendo definida como uma mobilização pacífica para derrubar os regimes tidos como retrógrados, ou que simplesmente já não contemplam os interesses das grandes potências políticas mundiais (VISENTINI,2012).

4 VISENTINI, Paulo Fagundes - A primavera árabe – Entre a Democracia e a Geopolítica do Petróleo, Temas do Novo Século 14, Leitura XXI, 2012. P.158

As Revoluções Coloridas foram utilizadas em diversas revoltas que compreendem a Ucrânia, Geórgia, Líbano, Quirguistão que não se tratavam de ações isoladas oriundas da insatisfação e organizadas espontaneamente pela população, que foi facilitada pela evolução da tecnologia de informação e seus serviços de conectividade, mas tiveram características idênticas que conectam seus “*modus operandi*” com o de todas as revoluções. Visentini explica que tais características, como a adoção de uma cor ou flor, os logos e *slogans* são muito parecidas com outras, com o modelo americano das convenções partidárias, e são partes das ações de política externa dos EUA, o acesso à mídia global e sua ampla divulgação também fazem parte da “peça” política. Financiamentos de tecnologias, auxílios e outras formas de apoio foram muito utilizados, por exemplo, nos Estados alinhados à URSS após sua ruptura, e em diversas regiões da África e da Ásia. O autor e jornalista Jeremy Keenan (2013), que viveu durante três anos na região do Magreb a fim de investigar os grupos jihadistas da região, retrata o mesmo tipo de atuação por parte do serviço de inteligência do governo Argelino, o DRS, apoiado pelos EUA para a construção do terrorismo na região do Magreb.

A região do Magreb, localizada ao norte da África, sofreu diversos tipos de atentados terroristas protagonizados por grupos que se intitulavam uma facção da Al-Qaeda na região, a Al-Qaeda in the Islamic Magreb (AQIM). A Argélia, principal aliada dos EUA na região, tinha a incumbência, de acordo com a conferência internacional, de combate ao terrorismo em 2011, de ser o líder contra o terrorismo na região, justificado em sua ampla capacidade militar em relação a seus vizinhos do sul (KEENAN, 2013). Houve vários escândalos envolvendo a alta cúpula da DRS argelina nas ações de grupos jihadistas menores na região, mais especificamente o grupo Jamat Tawhid Wal Jihad Fi Garbi Afriqqiya, que assumiu o rapto de dois ativistas europeus dos direitos humanos. Porém, o autor relata que os líderes de tais grupos eram efêmeros, pois se denominavam e assumiam a autoria de algum suposto ataque na região, embora não fossem sequer conhecidos pela população da região, bem como não havia qualquer registro que fosse possível identificar até mesmo os ativistas raptados na região. Dessa forma, muitos supostos atos terroristas eram anunciados e noticiados na mídia local, provocando um sentimento de insegurança e medo, o que é inerente à atividade terrorista. Tal articulação permitira aos EUA burlar o tratado de paz de Sahel, que impediria uma intervenção militar internacional na região, uma vez que poderia ser alegado o tráfico de armas para a Líbia, e toda a manobra política ocorria concomitantemente com as revoltas da Primavera Árabe, que era o local onde se concentrava toda a atenção da mídia internacional (KEENAN, 2013).

Retomando a discussão acerca da região do norte da África, Oriente Médio e Ásia Central, é preciso questionar quais seriam os motivos que levaram os EUA a apoiar a Primavera Árabe nas diversas regiões onde foram deflagrados os protestos, ou até mesmo a instigar a criação dos movimentos. Visentini (2012) traz a questão relevante de que os Estados, na política, não são sempre aliados, e que há momentos em que regimes muito antigos tendem a realinhar suas alianças, ou apresentar uma política mais independente do alinhamento com as grandes potências. O Egito pode ser citado como um exemplo disso, uma vez que o país vinha apresentando uma política mais independente dos EUA, havendo, pois, uma cooperação maior com seus vizinhos, bem como havia estabelecido alianças ao sul do Atlântico, além de uma maior aproximação com a China, ou seja, posições das quais o Egito poderia se apoiar em caso de outra crise atingir os EUA (VISENTINI, 2012).

Outros fatores podem ser elencados como motivos para atuação e apoio dos EUA nas revoluções na região. Dentre eles, o crescimento do sentimento antiamericano após a retirada das tropas do Iraque e da morte de Osama Bin Laden; o estremecimento das relações entre os presidentes Mubarak e Obama depois da execução de Saddam Hussein; e a necessidade de se instalar uma simpatia norte-americana na região passou a ser necessária para não ameaçar à hegemonia norte-americana (VISENTINI, 2012). A manobra política da Primavera Árabe foi um ponto de inflexão importante, pois, ao derrubar os regimes desgastados, ganhou a simpatia da juventude pró-americana mobilizada, inclusive com seus líderes formados em instituições americanas financiadas pelos EUA, o que serviria aos propósitos de apaziguar esse antiamericanismo e os pensamentos antiocidentais. Logo, o propósito foi alcançado no momento em que a raiva, principalmente por parte dos islamitas, dos EUA e sua presença na região foi afastada das discussões centrais. Entretanto, havia ainda razões econômicas que desencadeavam esse tipo de atuação que, como classifica Visentini (2012), é uma operação política de custo econômico e diplomático bem baixos, e muito mais discreto que uma intervenção agressiva.

Grandes organizações foram responsáveis pela preparação e execução de cursos a respeito de política, democracia e direitos humanos nessas localidades e desembolsaram quantias milionárias no desenvolvimento de práticas de resistência não violentas. O *Albert Einstein Institution* é um exemplo das organizações envolvidas que inclusive recrutaram, como coloca Visentini (2012, p160), “*Cyber Dissidentes*”, que se utilizaram de ferramentas como o Twitter, Facebook, Skype e serviços de telefonia celular para reunir participantes em suas mobilizações.

Diante das informações expostas até este ponto, no que tange ao envolvimento dos Estados Unidos na preparação dos movimentos sociais que foram responsáveis pela deflagração dos protestos da Primavera Árabe, fica mais explícita a relação de motivos e benefícios que os levantes trariam à política americana. Em uma abordagem mais direta, Bensaada (2011) retrata, em sua obra *Arabesque américaine: le rôle des Etats-Unis dans les révoltes de la rue arabe*, que os agentes organizadores das manifestações não só foram preparados por organizações internacionais americanas como também foram financiados pelo Departamento de Estado Americano, Pentágono e CIA. Após a construção das bases democráticas nos países pós-comunistas, que serviram para o estabelecimento dos novos regimes das regiões da Europa Central e Leste Europeu, as técnicas utilizadas nas “Revoluções Coloridas” seriam novamente aplicadas pelos ex-membros organizadores de tais protestos no caso da Primavera Árabe (BENSAADA, 2011).

5.3 Manipulação e tecnologias envolvidas no processo

Com referência aos processos tecnológicos envolvidos no movimento, a utilização e até criação de ferramentas que foram essenciais para o auxílio e disseminação de conteúdos pela rede, o aumento das atividades nos serviços de redes sociais Twitter, Facebook e Youtube, e Blogger puderam trazer o fomento necessário para captação de pessoas, sua organização e alinhamento de pensamentos que foram essenciais para o desencadeamento dos protestos deflagrados na região. De acordo com o *Project on Information Technology & Political Islam*, todos os levantes tiveram, nos dias anteriores aos ocorridos, um aumento significativo de atividades relacionadas aos termos *Revolution* nas localidades do Egito e Tunísia. Apesar das tentativas do governo da Tunísia de interromper os serviços de redes sociais e blogs que acumulavam notícias de críticas ao governo, de alguma forma os serviços continuavam online. Diversas ferramentas de instituições do governo foram invadidas por *hackers*, em 14 de janeiro de 2011, e seus servidores foram desligados remotamente. Já com relação aos serviços de redes sociais no Egito, muitos outros *websites* de maior visibilidade não puderam ser tirados do ar por ações dos governos da Tunísia e Egito, pois estes estavam hospedados em servidores norte-americanos e ingleses (HOWARD, 2011).

Ao contrário da concepção ocidental errada a respeito dos países árabes, de uma região inóspita com atraso em relação a sua estrutura e disseminação de serviços tecnológicos e seu acesso por parte da população, a tecnologia estava sim presente no cotidiano na maior parte

de sua população. Serve como exemplo disso, a utilização de telefonia móvel na Tunísia, que era de 93 contas cadastradas a cada 100 pessoas. Já no Egito, o número cai para 67 contas para cada 100 pessoas, número muito grande se considerada que a mobilização dos revoltosos, após o governo ter bloqueado totalmente a internet, foi feita por SMS, como mencionado anteriormente (HOWARD, 2011). O auxílio de projetos internacionais ligados à tecnologia foi providencial na permanência de diversos *websites* e outros serviços que estavam sendo utilizados para noticiar os diversos ocorridos, como a recusa dos centros de resposta a incidentes na remoção de *websites* importantes para a articulação da Primavera Árabe, bem como os serviços de *Proxy* de nomes de domínios que ocultam dados de registros dos mesmos *websites*, além das políticas de privacidade que asseguraram anonimato aos líderes das manifestações.

No entanto, da mesma forma, não há como definir se houve mesmo a produção de tais conteúdos somente por parte de usuários independentes ou, mais uma vez, houve a intervenção de organizações do EUA na atuação prática da criação das páginas de Facebook, *websites*, serviços de *blog* pessoal e na sua disseminação. Entretanto, cabe ressaltar a quantidade de picos de acesso de usuários em tais plataformas, como o YouTube, cujos vídeos em questão de dias atingiram marcas de mais de 100.000 visualizações (HOWARD, 2011). Os projetos importantes que corroboram com a perspectiva apresentada até então podem ser listados e aprofundados. Contudo, um projeto em especial pode ser ressaltado como uma importante ferramenta desenvolvida especificamente para uma criação de uma plataforma anônima que poderia ser utilizada por atores importantes nos processos revolucionários, merecendo destaque os agentes das “Revoluções Coloridas”. Para esse propósito, foi financiado, pelo Departamento de Estado Americano, o Projeto Tor, que é um projeto do Google de 2010, que permite o *download* de um *browser* de navegação que não só faz o papel de encriptar as informações buscadas ou criadas pelo usuário, como também esconde os dados que possam levar à identificação do usuário que está navegando ou que produzindo conteúdo em determinado *website*. De acordo com Bensaada (2011), Tor foi uma das ferramentas vitais para a disseminação do plano norte-americano na região. O anonimato propiciado pelo navegador Tor foi importante não só para articulação das bases do movimento por parte da juventude instruída que viriam a ser os líderes políticos da revolução, como também a cobertura de qualquer dado que pudesse envolver os EUA no caso. Conforme relatado pelo próprio *blog* informativo do projeto, quaisquer dados de uso do Tor, para os mais diversos fins, se divulgados, não estaria cumprindo seu papel, ou seja, se torna muito difícil mensurar

sua utilização nos protestos em 2011. Ainda, a utilização dos serviços, que permitem o anonimato dos usuários, é ensinado nos cursos e manuais das “Revoluções Coloridas” e ressaltam as intenções das potências na “democratização” do mundo árabe.

Diversos outros fatores técnicos, como o registro do domínio *torproject.org*, que data de 2006, os dados de registro de domínio que apontam para dados claramente irreais, como o nome, endereço e organização. Para efeito de compreensão, todos os dados de domínios são registrados a partir de dados reais, ou serão eventualmente suspensos dos serviços de registro e cancelados, o que não ocorreu em nove anos com o domínio *torproject.org*. Há também diversas normas e convenções que condenam o anonimato na internet, ainda mais de maneira irrestrita como o projeto Tor coloca, com uma navegação anônima teoricamente irrastrável. Existe, pois, um claro protecionismo de tais projetos por parte dos órgãos responsáveis pela governança na internet como a ICANN, servidores de DNS e outros serviços que deveriam fiscalizar tais incongruências. Contudo, cabe ressaltar que o governo dos EUA está ainda fortemente ligado à criação e monitoramento da internet global através de suas instituições, e a internet ainda cumpre a agenda das grandes potências, principalmente no que diz respeito aos seus interesses.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve, como seu objetivo maior, demonstrar como os serviços de novas redes sociais servem de ferramentas para manobras políticas e como essas manobras foram articuladas no estudo de caso escolhido: A Primavera Árabe. No entanto, para compreender todos os processos que antecedem a análise de todos os elementos políticos e sociais que envolvem os eventos da chamada Primavera Árabe, o trabalho foi dividido em quatro partes, cada uma abrangendo um item importante da construção das ferramentas tecnológicas e políticas utilizadas em 2011, assim como o entendimento de suas causas, consequências e processos dos atores envolvidos se tornam indispensáveis para a análise do tema.

Na primeira parte foi relatado historicamente como o pensamento humano evoluiu em relação à criação de ferramentas para solução dos problemas cotidianos. Apresentou-se, então, a diferença entre a Ciência e a Tecnologia que, nos períodos antecedentes às Revoluções Culturais, tinham seus respectivos desenvolvimentos completamente separados. A Tecnologia, com o passar do tempo, encontrou no método científico uma plataforma para inovação, na qual os aparatos deixavam de ser meramente ferramentas da amplificação das habilidades ou força humana para determinado fim, e passavam a reproduzir por completo o trabalho físico humano, como foi o caso da máquina a vapor na Revolução Industrial. Ao transportar-nos para o século XX, a ciência destaca-se novamente pela pesquisa aplicada à comunicação militar, com a criação de uma rede de comunicação interconectada: a ARPANET. Concomitantemente a isso, houve a criação de microprocessadores para a resolução de cálculos balísticos, o ENIAC. O grande ponto que pôde ser percebido foi o completo financiamento estatal das pesquisas envolvendo essas novas tecnologias, a sigla P&D (planejamento e desenvolvimento), se torna pauta na lista de prioridades dos Estados e um indicador de suas capacidades. Ainda tratando-se do ponto relativo à tecnologia e à ciência, é notável a transferência dos atores, que foi outro ponto importante elencado neste trabalho, nos processos de utilização da tecnologia, sendo que da ARPANET surge a Internet, e do ENIAC surgem os microcomputadores pessoais.

Após ser explicada a evolução dos aparatos supracitados, foram abordadas algumas teorias a respeito de redes sociais, que classificam as interações humanas em sociedade, categorizando grupos de indivíduos com algum objetivo em comum, que se comunicam em laços sociais que são entrecruzados entre outros grupos de indivíduos. No entanto, ao contrário do pensamento mais comum, as teorias de rede sociais surgiram muito antes das

mídias sociais. Para esclarecer o proposto e dar o devido seguimento à parte dois do presente trabalho, foi realizado um apanhado geral das teorias e a rapidez com que a comunicação é disseminada nos diferentes tipos de padrão, em especial a comparação colocada entre o padrão linear de comunicação e o padrão de teia de comunicação, ambos retratados por Braun (2012). Decorrente dessas conceituações, foi possível o estudo do ponto subsequente, ainda da primeira parte deste trabalho, isto é, a evolução dos mecanismos de comunicação que denotam o avanço global da forma como as interações entre usuários são feitas. Neste ponto retratou-se a evolução da comunicação online por meio de serviços oferecidos primeiramente para o exército americano e órgãos do governo e após para as empresas e usuários corporativos, a fim de serem, então, lançadas ao usuário final nos anos 90. Dessa maneira, abordou-se a mudança dos atores que são beneficiados da tecnologia. Contrariando o que se acreditava no início deste trabalho, a mudança de atores do Estado até o cidadão individual não pôde ser retratada como uma transferência do poder de decisão acerca da governança da internet, a reprodução real dos movimentos por eles abraçados, seus padrões de atuação, normas de conduta e abrangência de suas políticas para atender outros interesses de uma nova natureza de usuários, a pessoa civil.

Logo após, a segunda parte do trabalho, abrangeu, de forma mais ampla, a opinião pública e a comunicação interpessoal em si. A Opinião Pública foi conceituada como um agregado das opiniões acerca da interpretação individual de fatos e emoções que são embasados nos aspectos que moldam a percepção humana. Esta conceituação serviu como base para o debate que a respeito dos fatores que compõe o estudo da opinião pública. Em seguida, o trabalho apresentou uma discussão a respeito da opinião pública, defendida por Braun (2012) como uma coesão da opinião social-analítica e social-filosófica. Visão essa criticada por Barreto (2000), que defende que a opinião pública não deveria, de fato, ser levada em consideração, uma vez que há classes sociais distintas que possuem acessos a diferentes tipos de informações e visões, e sua situação econômica coloca as classes economicamente desfavorecidas em uma condição passiva da construção de uma visão crítica. Barreto (2000) alega que a Opinião Pública, em especial nos países em desenvolvimento com altos índices de desigualdade social, é construída e produzida para o público geral por monopólios e oligopólios da mídia. De fato, a visão de Barreto (2000) traduz melhor uma visão geral da construção da opinião pública, que é um dos elementos centrais deste trabalho, e expõe de maneira mais crítica a situação dos países em desenvolvimento, que é o caso da região onde ocorreu a eclosão da Primavera Árabe. Entretanto, a visão de Braun (2012) ainda

é relevante, uma vez que expõe, em uma esfera mais teórica, como as informações são levadas e assimiladas pelo público. Concluiu-se, a partir deste ponto, que a construção da opinião pública em um ambiente internacional é fruto de ambas as visões, pois, dispomos de uma construção calculada da opinião pública, tanto pela mídia como pelo Estado, conforme sustenta Barreto (2000). Da mesma forma, Braun (2012), assim como é apresentado na quarta parte do trabalho, se refere ao crescente protagonismo das conexões em rede e a democratização do acesso à informação com o advento da nova internet, a *WEB 2.0*, tratada mais detalhadamente na terceira parte.

A partir do ponto três deste trabalho, foi feita uma análise que procurou estabelecer relações entre a Opinião Pública e o desenvolvimento tecnológico, elencando pontos específicos de convergência entre as interações humanas, construção da opinião e acesso à informação utilizando a internet como uma plataforma de disseminação de conteúdo. Através da abordagem de Braun (2012), explicou-se como os serviços de redes sociais afetam a formação de uma ideia crítica, na qual figuram elementos importantes, como as interações com usuários do círculo de interesses de um indivíduo e suas interações subsequentes com indivíduos de fora do seu círculo, através daqueles que se encontram em seu próprio círculo. Essas interações são chamadas pelo autor de rede de redes, tratadas no primeiro ponto neste trabalho e retomadas e detalhadas no terceiro ponto. Por meio dessas interações, foi explicado que a formação da opinião de indivíduo é afetada pelos seus contatos próximos, pelos contatos desses contatos até um ponto em que essa rede adquire uma espécie de vida própria em que as informações circulam de maneira instantânea. A internet, por sua vez, tem o papel fundamental em tornar essas conexões visíveis através dos serviços de redes sociais online. A *WEB 2.0*, como foi abordada anteriormente, surgiu como um espaço para a manifestação de opiniões e conteúdos feitos por usuários. Ao longo da realização deste trabalho, pôde-se perceber que os anos 2000 modificaram a forma como os usuários interagem com a informação. A *WEB 2.0* abrange, portanto, não só a rede em si, mas a expande para os mais diversos apetrechos, desde celulares até eletrodomésticos. O novo usuário de internet deixa de ter a função somente de cliente de servidores e passa, ele mesmo, a ser um produtor e detentor de espaço para publicação de conteúdos de terceiros. Esta liberdade também acarreta um aumento considerável de exploração de falhas eletrônicas para fraudes e outros tipos de crime, ampliando o debate a respeito das questões de segurança e governança na internet, que é um dos temas centrais dos debates de organizações como a ICANN. Assim posto, a tecnologia e a opinião pública se coadunam na mudança de paradigma do estabelecimento das interações

humanas que, de linhas de informação, passam a redes, que por sua vez formam redes que se interseccionam e configuram não só uma maneira do usuário ganhar mais espaço como também uma forma de antigos atores detentores utilizarem essas redes de maneira menos evidente, infiltrando-se na complexa estrutura da internet para manipular a opinião pública no cumprimento de sua própria agenda.

Assim, a quarta e última parte deste trabalho apresentou um apanhado geral da atuação dos EUA no caso da Primavera Árabe, abordando como as redes sociais e as novas tecnologias permitiram a execução de manobras políticas em toda uma região, sem que houvesse uma intervenção coercitiva dos Estados Unidos. Ao realizar o levantamento do contexto histórico dos principais países envolvidos nos protestos de 2011, foram encontradas características em comum quanto a sua estrutura política e social, quais sejam: todos os países estavam em regimes antigos e desgastados de governo; a população estava insatisfeita com a crise econômica que atingiu todos os países da região; a maior parte da população era jovem de até 30 anos e com amplo acesso à internet. Tais características se mostraram cruciais para o planejamento de uma revolução por parte dos Estados Unidos, que, mais uma vez, realizou a tática das “Revoluções Coloridas”, a mesma utilizada nos regimes pós-comunistas para a democratização desses países e o afastamento dos antigos polos internos de poder. Dessa forma, os EUA prepararam, através de manuais de formação política, com a ajuda do Departamento de Estado Americano, a CIA e outras instituições, agentes que seriam responsáveis pela liderança popular e fomento à indignação com o sistema vigente nesses países. No decorrer deste trabalho, contudo, percebeu-se como o crescente acesso às múltiplas redes de informação na internet foram utilizados como ferramenta para tal articulação. O projeto de navegação encriptada Tor, a criação de diversas páginas e perfis nos *websites* Twitter e Facebook, bem como a documentação dos protestos através do YouTube, não foram frutos, pelo menos *a priori*, de um levante popular espontâneo, mas sim de um longo planejamento que evoluiu anos de pesquisas e programação de *softwares* utilizados nos eventos. O projeto Tor surgiu com esse propósito em 2010, e deliberadamente apoia este tipo de levante e o artificial anonimato concedido aos agentes donos dos *blogs*, *websites*, e perfis de rede social que promoviam os *slogans*, palavras de ordem, símbolos e outras formas de identificação do movimento, as quais, ao serem observadas, verificou-se que eram exatamente iguais aos das “Revoluções Coloridas” da década de 90, conforme constatou Bensaada(2011). Com relação aos resultados dos protestos, conforme explicitado na quarta parte deste trabalho, alguns antigos regimes caíram, enquanto outros ainda perduram, porém com uma oposição

mais forte e engajada nos ideais da democracia, financiados e apoiados pelos EUA e outras potências ocidentais.

Ainda, abordaram-se os motivos que levariam os EUA a gastar recursos, dinheiro e tempo no planejamento e execução de uma manobra política para desestabilizar antigos regimes do Oriente Médio, África e Ásia Central. Embora não fosse o objetivo central deste trabalho, a avaliação dos motivos que levaram a arquitetura desse cenário, e sim a forma como as ferramentas foram utilizadas, foi importante destacar a condição expansionista das relações da Líbia e do Egito, que se voltavam ao continente Africano e Asiático, assumindo posições de maior liderança regional e independência política dos EUA, bem como o crescente sentimento antiamericano, amplamente disseminado entre os jovens das regiões e da Arábia Saudita. Podemos concluir, a partir desse ponto, que esses dois motivos foram suficientes para a deflagração da Primavera Árabe, que resultou na derrubada dos regimes da Tunísia, Egito e Líbia, que contam hoje com governos alinhados à política americana, encabeçando regionalmente ações contra o terrorismo. No que tange à população em geral, Visentini (2012) argumenta que o apoio à Primavera Árabe acalmou os ânimos e afastou o latente sentimento antiamericano dessa população jovem.

A partir da análise conjunta de todos os pontos deste trabalho, foi possível verificar a evolução das técnicas de convencimento, suas ferramentas e a maneira com a qual as interações se dão através dos usuários das diversas redes, em especial naquelas conectadas à internet, sua estrutura hierárquica, e como a tecnologia dialoga com a Ciência Social na construção da Opinião Pública. O tema se torna relevante não só pela proximidade com que aconteceram os levantes, mas sim pelo fato de que, mesmo com o acesso à informação notavelmente mais fácil, os antigos atores que realizavam a construção da opinião pública e manipulação de tais informações ainda continuam a exercer seu poder no ideário popular. Um dos grandes pontos de dificuldade deste trabalho foi justamente a falta de dados disponíveis das publicações, *logs* de *webistes*, quantificação e categorização dessas informações, pois muitas delas, referidas na bibliografia estudada, não estão mais disponíveis por terem sido apagadas, ocultadas ou nunca estiveram disponíveis para o acesso comum de usuário. Contudo, este trabalho pode vir a contribuir com a pesquisa do tema da Tecnologia na dominação internacional, a partir de uma pesquisa mais aprofundada do envolvimento atores em cada instância dos órgãos de regulação da internet, como também a transparência na identificação da autoria desses materiais disseminados. Cabe trabalhar a dimensão do poder das grandes potências na disseminação da ideologia na Era Digital e sua capacidade

persuasiva. Por fim, a proximidade do tema com questões envolvendo *cyber segurança* exaltam a necessidade de estudos específicos das questões técnicas de segurança e direito digital por parte das Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS

- ABBATE, Janet Ellen. “**From ARPANET to internet: A history of ARPA – sponsored computers networks. 1968-1988**”, 1994.
- ACIOLI, Sônia – **Redes Sociais e teoria social: revendo os fundamentos e conceito**. Inf. & Inf. 2007.
- ALMEIDA, José Maria Fernandes de. **Breve História da Internet**. Universidade do Minho, 2005.
- BENSAADA, Ahmed. **Arabesque Américaine: le rôle des États-Unis dans les révoltes de la rue arabe**. 2011.
- BIANCO, William T.; CANON. **David T. American Politics Today**. Core Edition, 2009.
- BRAUN, Lucas. **Comunicatives en la Societat de la infórmaciò**. Universitat de València, 2012.
- CASTRO, Henrique Carlos de O. de. **As Novas Redes Sociais e o Sindicalismo** (ou novas roupagens para antigas formas de fazer política). In: CESIT/ UNICAMP e UGT. (Org.). **Sindicalismo Contemporâneo: Uma nova visão para o movimento sindical Brasileiro**. 1ed.São Paulo: Salinas, 2014 (a), v. , p. 182-191.
- DE MOURA, Lucas. **A Pólis na Era da Tecnociência – São Leopoldo: UNISINOS**, 2012.
- DUARTE, Fábio. **Arquitetura e Tecnologias de Informação: Da Revolução Industrial à Revolução Digital**. Selo Universidade, 1997.
- KEENAN, Jeremy. **The Dark Sahara: America’s War on Terror in Africa**. Pluto Press, 2009.
- KEENAN, Jeremy. **The Dying Sahara: US Imperialism and Terror in Africa**. Pluto Press, 2013.
- KNELLER, George F.. – **A Ciência como atividade humana**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1978.
- LÉVY, Pierre – **As Tecnologias da Inteligência**. São Paulo, Editora 34 Ltda, 2004.
- LIMA, Paulo Gomes. **Política Científica & Tecnológica: Países Desenvolvidos, América Latina e Brasil**, Editora UFGD, 2009
- LUHMANN, Niklas **Social Systems**. Standford University. 1995.
- MONTEIRO, Larissa de Oliveira Vanzellotti. **O 11 de Setembro: uma tragédia conveniente para o imaginário e a política externa estadunidense?** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

NEYER, Mark P. **The Electronic Numerical Integrator and Computer**. 2008. Disponível em: <<http://www.cs.xu.edu/~neyer/MachineOrg/ENIACPaper.pdf>> Último acesso em: 14/11/2015.

PINHO, José Antonio Gomes de. **Sociedade da Informação, capitalismo e sociedade civil: reflexões sobre política, internet e democracia na realidade Brasileira**. UFBA, 2011.

PIRRÓ, Waldimir. - **Ciência e Tecnologia: evolução, Inter-relação e perspectivas**. A Defesa Nacional, 2004.

PRIMO, Alex – **O Aspecto Relacional das interações na Web 2.0**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

SCHOLTE, Jan Aart. **Building Global Democracy? Civil Society and Accountable Global Governance**. Cambridge University Press, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Primavera Árabe: Entre a Democracia e a Geopolítica do Petróleo**. Leitura XXI, 2012.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações Internacionais da Ásia e da África**. Editora Vozes, 2007.

ZAKON, Robert Hobbes. **Hobbes' Internet Timeline**. Disponível em: <<http://www.zakon.org/robert/internet/timeline/>> Último acesso em 16/11/2015.